



Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1993

ANO XII

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dúlio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Jensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 45.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achan-do-se ausente o senhor Deputado Antônio Annibelli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagem:

MENSAGEM Nº 016/93

Curitiba, 18 de maio de 1993

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de maio

Curitiba, terça, em 18.05.93

de 1993, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198/90, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo. Visa, ainda, esta proposição, a adoção de outras disposições, entre as quais destacam-se a elevação dos valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, de várias gratificações, inclusive da de Regência de Classe, o estabelecimento de um valor mínimo para remuneração de servidores ativos e inativos e, também, a fixação da remuneração dos ocupantes de cargos de Secretário de Estado.

A medida constante do Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário estadual e as previsões da receita do Estado para os próximos meses. Esta proposição demonstra o grande esforço e a constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (art. 169 e art. 38/DT), que impõe limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de todas as esferas de governo, obedecendo, ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação às despesas com funcionalismo do Estado do Paraná. A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Administração apresentada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo Plano de Lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, bem os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 08 de janeiro de 1990, da Administração Direta e

das Autarquias do Poder Executivo, ficam, a partir de 1º de maio de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o anexo único, desta lei.

Parágrafo Único - Os valores constantes das tabelas do anexo único incorporam a Gratificação de Atividades instituída pelo Decreto nº 2.068, de 28 de janeiro de 1993, com suas alterações posteriores.

Art. 2º - Fica assegurada, aos servidores públicos ativos e inativos, a remuneração mínima de Cr\$ 6.309.680,89 (seis milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e oitenta cruzeiros e oitenta e nove centavos), quando ocupantes de cargos de nível operacional, se após a aplicação do disposto no artigo anterior, a remuneração do mês de maio não atingir o limite ora estabelecido.

§ 1º - Para fins de apuração da remuneração mínima estabelecida neste artigo, serão excluídos os valores referentes à hora-extra, insalubridade ou periculosidade, gratificação de chefia e o adicional noturno.

§ 2º - O valor resultante da aplicação do disposto neste artigo será pago na forma de abono, sendo integral para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e proporcional nas demais.

§ 3º - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores públicos.

Art. 3º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, para o mês de maio, fica fixada em Cr\$ 93.476.753,99 (noventa e três milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e três cruzeiros e noventa e nove centavos), sendo Cr\$ 39.727.221,42 (trinta e nove milhões, setecentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e um cruzeiros e quarenta e dois centavos) de vencimento básico e Cr\$ 53.749.532,57, (cinquenta e três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois cruzeiros e cinquenta e sete centavos) pelo exercício de encargos especiais, acrescida, quando for o caso, de adicionais por tempo de serviço até o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento).

Parágrafo Único - A remuneração de Secretário de Estado, acrescida dos 35% (trinta e cinco por cento) de adicionais por tempo de serviço, será o limite máximo a ser pago aos servidores do Estado e não poderá exceder a 20 (vinte) vezes a menor remuneração paga aos servidores do Quadro Geral do Estado para uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos cruzeiros) e o valor das Pensões Especiais em Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 5º - Ficam reajustados em 28% (vinte e oito por cento) a partir de 1º de maio de 1993:

- I - os valores das gratificações de representação de gabinete;
- II - o valor da gratificação de produtividade;
- III - os cargos em confiança do Instituto de Saúde do Paraná- ISEPr;
- IV - as gratificações de chefia e assessoramento e os cargos em confiança de que trata o artigo 5º do Decreto nº 2.260, de 27 de abril de 1993;
- V - os salários do pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA;
- VI - carreira de Delegado de Polícia;
- VII - carreira de Procurador do Estado.

Art. 6º - O valor da gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 10, da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, e o artigo 2º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em Cr\$ 40.365,37 (quarenta mil, trezentos e sessenta e cinco cruzeiros e trinta e sete centavos), a partir de 1º de maio de 1993.

Art. 7º - O artigo 12 da Lei nº 9.887, de 27 de dezembro de 1991, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 3º - Fica assegurado o benefício deste artigo aos docentes que tenham requerido aposentadoria, com o pedido protocolado até 30 de dezembro de 1991.

§ 4º - Fica igualmente assegurado os benefícios deste artigo aos beneficiários de pensão, deferidos até 30 de dezembro de 1991.

Art. 8º - Para fins de concessão de adicional por tempo de serviço, aos servidores da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, computar-se-á, também, o tempo de serviço prestado em empresa pública ou sociedade de economia mista, instituída pelo Poder Público Estadual.

Art. 9º - Os servidores que por força de decisão judicial tiveram incorporadas vantagens aos seus salários ou que por adequação de reajuste, resultante da transferência de administração indireta para a direta, percebam salários que estrapolem o valor final da classe correspondente ao cargo ocupado serão enquadra-

dos na referência 11 do respectivo cargo, após a aplicação do índice de 28% (vinte e oito por cento), sobre os valores vigentes em abril de 1993.

Parágrafo Único - Os salários dos servidores que, após aplicação do disposto neste artigo, extrapolarem o valor da referência 11, permanecerão nesta situação, sujeitos apenas aos próximos reajustes gerais.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Trata o presente anteprojeto de lei de reajuste salarial a ser concedido ao funcionalismo em geral, no mês de maio do corrente ano.

O Governo do Estado com o firme propósito em manter, como vem fazendo até agora, seus compromissos em dia, propõe a concessão do reajuste de acordo com as disposições constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas líquidas correntes, e do dispositivo que determina o pagamento dos servidores até o último dia do mês.

O anteprojeto de lei contempla o funcionalismo em geral, com um índice do reajuste de 28% (vinte e oito por cento) calculados sobre os valores vigentes em abril, incorporando aos mesmos, a Gratificação de Atividade instituída pelo Decreto n° 2.068 de janeiro de 1993, com suas alterações posteriores.

Propõe-se, ainda, um reajuste de 28% (vinte e oito por cento), aos cargos de provimento em comissão, aos valores das gratificações de representação de gabinete e de produtividade, aos cargos em confiança e às gratificações de chefia e assessoramento, bem como aos integrantes do Quadro de Pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e às carreiras de Delegado de Polícia e de Procurador do Estado.

Em relação ao magistério de 1°, 2° e 3° graus, a presente proposta tem como principal objetivo continuar a correção da disposição salarial da categoria. Assim sendo, a este segmento do funcionalismo está se concedendo um reajuste de 33% (trinta e três por cento).

De servidores do Quadro Geral do Estado, embora constituem um segmento representativo da força do trabalho, na medida em que totalizam aproximadamente 60.000 servidores, apresentam a menor média de remuneração dentre os quadros que compõem o Poder Executivo.

Estes servidores que, atuando em todos

Curitiba, terça, em 18.05.93

os órgãos, representam a base da estrutura do Estado, não têm tido ao longo do tempo, tratamento salarial adequado.

Para corrigir estas distorções, o presente ante-projeto de lei assegura para os ocupantes de cargo de nível operacional, a remuneração mínima de Cr\$ 6.309.680,89 (seis milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e oitenta cruzeiros e oitenta e nove centavos), se após a aplicação do reajuste de 28% (vinte e oito por cento), a remuneração do mês de maio não atingir o limite ora estabelecido.

O presente anteprojeto de lei fixa a remuneração do Secretário de Estado em Cr\$ 93.476.753,99 (noventa e três milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e três cruzeiros e noventa e nove centavos), que acrescida de 35% (trinta e cinco por cento) do adicionais por tempo de serviço, será o limite máximo a ser pago aos servidores do Estado do Paraná e não poderá exceder a 20 vezes a menor remuneração paga aos servidores do Quadro Geral, para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Assim sendo, o limite máximo, para o mês de maio será de Cr\$ 126.193.617,89 (cento e vinte e seis milhões, cento e noventa e três mil, seiscentos e dezessete cruzeiros e oitenta e nove centavos).

Com a preocupação de corrigir injustiças, propõe-se a inclusão de mais dois parágrafos ao artigo 12 da Lei n° 9.887, de 27 de dezembro de 1991, que cria a Carreira do Magistério Público Superior.

O dispositivo proposto contempla com os benefícios da referida lei, os docentes que tenham requerido aposentadoria, com o pedido protocolado até 30 de dezembro de 1991, data da publicação da lei, e os beneficiários de pensão, deferidas até a mesma data.

Para fins exclusivos de concessão do adicional por tempo de serviço propõe-se, também, a contagem do tempo de serviço prestado em empresa pública ou sociedade de economia mista instituída pelo Poder Público estadual.

Tal dispositivo tem por objetivo assegurar, aos servidores da Administração Direta e das Autarquias, a retribuição pela continuidade na prestação de serviços ao Estado do Paraná.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n° ATCC 3887/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitada pelo Senhor Deputado Algaci Túlio, ao Governador do Estado, sobre "unidade do Sistema

Penitenciário localizadas em Piraquara".
Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 3917/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitada pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, ao Governador do Estado, sobre "qual relacionamento legal existente entre a COPEL e a COCEL (Companhia Campolarguense de Eletricidade)". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3920/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitada pelo Senhor Deputado Algaci Túlio, ao Governador do Estado, sobre "área de mananciais dos Municípios de Piraquara e Pinhais". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3928/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitada pelo Senhor Deputado Algaci Túlio, ao Governador do Estado, sobre "a situação do lixo proveniente da Penitenciária Central do Estado, localizada no Município de Piraquara". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3931/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitada pela Senhora Deputada Emilia Belinati, ao Governador do Estado e Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, sobre "a situação atual do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3941/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitada pelo Senhor Deputado Florisvaldo Fier, ao Secretário de Estado da Saúde, sobre "cargos e chefia da Secretaria de Estado da Saúde". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3952/93, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao Pedido de Informações solicitada pelo Senhor Deputado Florisvaldo Fier, ao Secretário Especial da Política Habitacional, sobre "convênio com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 3952/93, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto, em

resposta ao Pedido de Informações solicitada pelo Senhor Deputado Florisvaldo Fier, ao Secretário Especial da Política Habitacional, sobre "regulamentação do Projeto Casa da Família". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO N° 016/93-INT-GP-ss.
Senhor Presidente.

Através deste, vimos à presença de Vossa Excelência, transmitir que vamos reassumir novamente (depois do licenciamento para viagem aos Estados Unidos da América) a Presidência da Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Sendo o que se apresentava para o momento, na oportunidade apresento a Vossa Excelência, meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

OFÍCIO N° 376/93/GPA
Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência com o presente, para comunicar-lhe, que, no período de 14 a 19 do corrente mês deverei me ausentar do País em viagem de estudos a Argentina.

Sem outro particular para o ensejo, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Emenda:

PROJETO DE LEI N° 102/93
SUBSTITUTIVA AO
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1° - A redação do Art. 1°, do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei n° 102/93, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça fica fixado, a partir de 1° de março de 1993 em Cr\$ 21.466.406,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e seis cruzeiros), a partir de abril de 1993 em Cr\$ 27.047.671,00 (vinte e sete milhões, quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros) e, a partir de 1° de maio, em Cr\$ 34.621.019,99 (trinta e quatro milhões, seiscentos e vinte e um mil, dezanove cruzeiros e noventa e nove centavos).

Art. 2° - Fica suprimido o parágrafo único do Art. 1° do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n° 102/93.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário, Djalma de Almeida César,

Duílio Genari, Nilton Barbosa, Arlindo Troian, Júlio Bifon, Costenaro Neto, Luiz Carlos Zuk, Dirceu Manfrinato, Lourenço Fregonese, Nelson Garcia, Oswaldo Trevisan, Eurides Moura, José Alves, Cleiton Kielse, Alceu Swarowski, Rossoni, Severino Félix, Heinz Herwig, Edison Silva Lino, Luiz Henrique Bona Turra, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Nereu Alves de Moura, João Preis, Neivo Beraldin, Élio Rusch, José Arthur Ritti.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 186/93, oriundo da Mensagem Governamental n° 016/93, que concede reajustes salariais ao funcionalismo público e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Severino Félix e Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO N° 1290

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 180/93, de sua autoria, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao artista plástico Luiz Carlos de Andrade Lima.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação do Projeto de Lei n° 102/93, constante da ordem do dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO N° 1282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei n°s: 050/93; 096/91; 103/91; 396/92; 139, 143, 151, 152, 168 e 135/93, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Orlando Pessuti e Luiz Carlos

Alborghetti.

REQUERIMENTO N° 1273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em segunda discussão n°s 096/91, 103/91, 396/92, 139/93, 143/93, 151/93, 152/93 e 168/93, por não terem sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 1261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do projeto de lei n° 043/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 141/93, de sua autoria, que implanta o Cadastro das Pessoas Portadoras de Deficiência Física e/ou Mental no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 1280

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no § 2°, do Art. 175, do Regimento Interno, a diminuição do interstício para a realização de uma ou quantas sessões forem necessárias em seguida à presente sessão, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 102 e 136.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na condição de relator do Projeto de Lei n° 107/93 e, considerando a impossibilidade de prolação do competente parecer sobre a matéria, vem requerer a Vossa Excelência a transferência da votação do referido Projeto para a Sessão Plenária de amanhã, dia 19 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento: Erondy Silvério

REQUERIMENTO N° 1289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a prorrogação da presente Sessão por mais 2 horas do horário regimental.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) RENATO AJUR

REQUERIMENTO N° 1256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário Voto de Pesar, pelo falecimento da jovem Cristiana Moreira Martinelli, ocorrido no último dia 13 de maio, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A família sempre se constitui um elo de ligação entre o poder e a sociedade através dos anos, e quando bruscamente existe uma abrupta interrupção com a perda de um de seus membros, existe o enfraquecimento natural, com a dor sentida, onde o consolo recebido é a melhor solução para o abrandamento da situação.

O lar do casal José e Marli Martinelli, no último dia 12 de maio, vítima de acidente fatal, aqui na Capital do Estado, assim foi o destino.

Sua infância em Paranaguá de criança acostumada a ter os pais sempre foi uma realidade, e no seu féretro realizado naquela cidade, aqueles que sempre estiveram a seu lado, foram dar o último adeus, ali também estiveram presentes seus colegas de cursinho, que foram consolar ao casal José Aloizio Tramujas Martinelli e Marli Moreira Martinelli e dizer que gostavam de Cristiana e seu "modus-vivendi", assim é a vida.

REQUERIMENTO N° 1258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Vasilio Hoiça, e que da presente proposição seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Vasilio Hoiça deixará muitas saudades na cidade de Catanduvas onde residia e era muito querido. Por essa razão prestamos essa homenagem em nome daquela comunidade que tanto o estimava.

REQUERIMENTO N° 1259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Inês Gomes, e que seja dado conhecimento desta proposição aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Inês Gomes deixará muitas saudades, pois era uma pessoa muito querida na sociedade de Iracema do Oeste, onde residia, cuja lacuna jamais será preenchida.

REQUERIMENTO N° 1260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Checelski, e que seja dado conhecimento desta proposição aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Chopinzinho perde um grande homem, pioneiro, que sempre lutou pelo desenvolvimento do município, onde era muito querido e deixará eterna saudade àquele povo amigo.

REQUERIMENTO N° 1263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de profundo pesar, pelo falecimento do empresário Hellmuth Schrappe, ocorrido no dia 06 de maio do ano em curso, na Suíça.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná perde aos 77 anos, um de seus filhos mais ilustres, o óbito do Senhor Hellmuth Schrappe, representa a perda de um dos mais conceituados empresários da Indústria Gráfica do nosso país, com 60 (sessenta) anos de serviços dedicados a Impressora Paranaense S/A.

É portanto motivo de profundo pesar para esta Casa de Leis, associar-se as condolências que fazemos nesta data.

REQUERIMENTO N° 1266

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário e líder sindical An-

tonio Zenti Neto. Pai exemplar, empresário bem sucedido, ele soube emprestar o brilho de sua permanente dedicação à sua categoria econômica, estimulando a formação do Sindicato da Classe, do qual foi um dos fundadores e integrou também a diretoria da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná. Sua perda, prematura, enluta o empresariado paranaense comercial e deixa saudade em todos que conviveram com ele. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de seus amigos.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Geraldo Tramontin Silveira, ocorrido no dia 16 de maio de 1993, na cidade de Ponta Grossa. Esposo e pai exemplar, comerciante bem sucedido, membro de tradicional família pontagrossense e pessoa de bom relacionamento.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO N° 1254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata da presente Sessão, Votos de Congratulações e manifestações de regozijo pela data que assinalou, a 15 de maio do ano em curso, as comemorações alusivas ao 23° Aniversário da Universidade Estadual de Ponta Grossa; manifestações que atribui às pessoas do Professor João Carlos Gomes, magnífico Reitor da Universidade, ao Ilustríssimo Senhor Roberto Frederico Mehry, Vice-Reitor da Universidade, ao Ilustríssimo Senhor Irineu Czepula, Pró-Reitor de Assuntos Administrativos, ao Ilustríssimo Senhor Carlos Luciano Santana Vargas, Pró-Reitor de Graduação, a Ilustríssima Senhora Leide Mara Schmidt, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, ao Ilustríssimo Senhor Wolfgang João Meyer, Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Culturais, ao Ilustríssimo Senhor José Carlos Borsato, Diretor do Setor de Ciências Exatas e Naturais, ao Ilustríssimo Senhor Carlos Henrique Franke, Diretor do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde, ao Ilustríssimo Senhor LAURO FANCHIN, Diretor de Letras e Ciências Humanas, ao Ilustríssimo Senhor ALTAIR JUSTINO, Diretor de Ciências Agrárias e Tecnologia, ao

Curitiba, terça, em 18.05.93

Ilustríssimo Senhor NELSON OSTERNACK POSTIGLIONI, Diretor de Ciências Sociais Aplicadas; manifestações essas extensivas também ao Corpo Docente, Discente e Administrativo, pela significativa e inestimável contribuição emprestada àquela Instituição Superior de Ensino.

Ensejando essa magna data - que para todos é motivo de orgulho e satisfação - este Parlamentar não poderia deixar de render a sua homenagem a esse insigne monumento da cultura paranaense, por onde tantas ilustres figuras passaram e a ele devem o seu reconhecimento e gratidão.

Assim, pelo profundo significado desse dia, houve por bem registrar o seu histórico que, pela sua essência, traduz parte da história do próprio ensino paranaense.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, criada - sob o regime da Fundação de Direito Público - através da Lei Estadual n° 6034, de 06.11.69, e do Decreto n° 18.111, de 28.01.1970, resultou da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas: a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa; a Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa; a Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa; a Faculdade de Direito de Ponta Grossa e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa.

A Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto n° 73.269 de 07.12.73 que, simultaneamente, aprovou o seu Estatuto, o Regimento e o Plano de Reestruturação.

O dia 15 de maio de 1970 assinalou o início das atividades da Fundação Estadual de Ponta Grossa, marcado pela posse do Professor ÁLVARO AUGUSTO CUNHA ROCHA, no cargo de Reitor e do Professor ODENI VILLAÇA MONGRUEL, no cargo de vice-Reitor; nomeados pelo Senhor Governador do Estado o Doutor Paulo Cruz Pimentel - através do Decreto n° 20.056 de 06.05.1970.

A segunda gestão teve início no dia 20 de junho de 1974, quando tomaram posse os Professores ODENI VILLAÇA MONGRUEL e DANIEL ALBACH TAVARES nos cargos de Reitor e vice-Reitor, nomeados pelo Decreto n° 5585 de 12 de junho de 1974 pelo Governador Emílio Hoffmann Gomes.

O Professor Odeni Villaza Mongruel renunciou ao cargo de Reitor, no dia 13 de maio de 1978, para candidatar-se a uma cadeira no Legislativo Estadual. Em seu lugar assumiu, interinamente, o Professor Daniel Albach Tavares, que foi, posteriormente, nomeado "pro-tempore" pelo Decreto n° 5.084 de 13.06.1978.

Pelo Decreto n° 177 de 28.03.1979, o Governador Ney Braga nomeou o Professor

DANIEL ALBACH TAVARES para o cargo de Reitor, assinalando a terceira gestão da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. Para vice-Reitor foi nomeado o Professor WALDIR SILVA CAPOTE, pelo Decreto n° 591 de 31.05.1979.

A quarta gestão administrativa da Instituição teve o Professor EWALDO PODOLAN no cargo de Reitor, nomeado pelo Decreto n° 226 de 29.03.1983 do Governador José Richa. O Professor JOAO LUBCZYK foi nomeado vice-Reitor pelo Decreto n° 1007 de 20.06.1983.

Os primeiros dirigentes eleitos pelo voto direto da comunidade universitária de Ponta Grossa foram os professores JOAO LUBCZYK, no cargo de Reitor, e LAURO FANCHIN no cargo de vice-Reitor para os quais foram nomeados pelo Decreto n° 106, de 19.03.1987, do Governador Álvaro Dias.

O sexto Reitor da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa é o Professor JOAO CARLOS GOMES, nomeado para o cargo pelo Decreto n° 7.691 de 06.03.1991. Seu vice é o Professor ROBERTO FREDERICO MEHRY.

Símbolo da Região dos Campos Gerais e um dos grandes "Faróis do Paraná" a distribuir os raios da luz do saber, a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 1985, iniciou a descentralização de suas atividades inaugurando o "Campus de Telêmaco Borba" onde funcionam os cursos Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Matemática. Em 1992, foi inaugurado o "Campus da Palmeira", onde funciona o curso de Letras.

Atualmente estão em estudos os cursos de Matemática e Pedagogia para serem implantados no "Campus de Palmeira", bem como o curso de Administração que implantará o "Campus de Castro".

Em 16 de julho de 1991, através da Lei n° 9663, sancionada pelo atual Governador Roberto Requião, a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa foi autarquizada, passando então a chamar-se "UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA".

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações ao Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, pela brilhante e corajosa entrevista dada ao jornal "O Estado do Paraná", de 16.05.93, página 03, onde comenta: "Falta vergonha e sobra desperdício" na administração pública.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Diversos prefeitos eleitos no último pleito, ao assumir seus cargos, lançaram pesadas denúncias aos seus antecessores, acusando irregularidades no uso de verbas para fins exclusivos do município, provocando uma tomada de posição da egrégia corte fiscalizadora do patrimônio público, que determinou um levantamento em todas as obras iniciadas e não concluídas pelas administrações anteriores.

Segundo o Conselheiro Iatauro, a conclusão é uma só: "O choro é livre. Não adianta o administrador ficar batendo na tecla de que as finanças estão no fundo do poço, que há inchaço de funcionalismo. Claro que ele não deve se omitir e precisa denunciar ao M.P. quando houver dolo de seu antecessor. Agora, ele tem que administrar o município. Se ele ficar só preocupado em acusar seu antecessor, não acabará fazendo mais nada. A opinião pública exige moralidade e punição exemplar para os corruptos".

REQUERIMENTO N° 1270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Editor-Chefe do Jornal da Manhã, Edgar Hampf, pela matéria "Desfaz-se o mito e surge a necessidade", e também ao Editor de Economia do mesmo jornal, J. Nascimento pela matéria "Princesa é passada para trás", ambas editadas no Jornal da Manhã, da Cidade de Ponta Grossa, dia 09 próximo passado.

Estas matérias mostram que Ponta Grossa arrecada mais ICMS por habitante do que a Cidade de Londrina, em outro momento foi também relatada a discriminação que Ponta Grossa sofre em relação às demais cidades paranaenses.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja transcrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulação à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo transcurso do seu 23° aniversário.

Esta Instituição ao completar 23 anos de existência, leva em sua memória muitos jovens que por ali passaram e adquiriram uma profissão, sendo hoje motivo de orgulho para sua família.

A abrangência desta Casa de Ensino Superior é relativamente grande, visto que lá não estudam somente pessoas de Ponta Grossa, mas sim de todo Estado do Paraná,

e também de outros Estados da Nação.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de Votos de Congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo", pela edição do suplemento "Paraná Econômico", datado de 14 de maio p.p. e requer, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência ao referido Jornal.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A edição do suplemento "Paraná Econômico", além da utilidade intrínseca que traz, ao fornecer dados de suma importância sobre a situação econômica em todo o Estado, tem também uma conotação de cunho psicológico altamente positivo, na medida em que possibilita à população uma visão otimista, que se transmitirá, com certeza, trazendo as consequências mais benéficas e otimistas a esta mesma população.

REQUERIMENTO N° 1291

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Senhor Valmor Weiss, pelo lançamento do livro "O Bugrinho", no dia 04 de maio próximo, nesta Capital, em benefício da Associação Solidária pela Vida, SOVIDA.

Em "O Bugrinho" são contadas histórias de uma infância pobre, de muita necessidade. De fome e de frio, mas também de muito divertimento. Muitas peraltices. Histórias da vida de Valmor Weiss, um homem que com seu trabalho, conquistou posição de destaque em nossa sociedade e, agora, vem com sua obra em socorro de uma causa muito nobre, realizada pela Associação Solidária pela Vida, a SOVIDA; que é o apoio ao portador da AIDS.

A iniciativa de Valmor Weiss, em favor da SOVIDA, e das inúmeras pessoas portadoras de AIDS por ela atendidas, merece destaque nos Anais do Poder Legislativo, razão por que submetemos ao Douto Plenário o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o re-

gistro em Ata de Voto de Louvor ao funcionário Sérgio Pereira da Silva, do quadro da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. Que, da decisão, se dê ciência aos Senhores Osmar Dias e Eduardo Requião, titulares da SEAB e do IAP, respectivamente.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O agrônomo Sérgio Pereira da Silva, exerceu a chefia do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, sediado na cidade de Paranavaí, durante mais de três anos. Empenho e seriedade foram as marcas maiores da sua gestão.

No exercício da sua função, granjeou o respeito e a admiração dos agropecuaristas e das autoridades administrativas de toda a sua área de atuação.

O projeto de implantação da citricultura, concreta alternativa para a redenção sócio-econômica do Noroeste, recebeu de Sérgio Pereira da Silva especial dedicação, assim todos os demais programas desenvolvidos pela SEAB.

São estes os principais motivos que nos levam a pleitear aos Srs. Deputados a aprovação da presente Moção, para o registro de reconhecimento aos inestimáveis serviços prestados à agropecuária e ao meio ambiente paranaense pelo funcionário Sérgio Pereira da Silva.

REQUERIMENTO N° 1281

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que se proceda a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Louvor" pelo apoio do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, José Eduardo de Andrade Vieira, vem dando uma nova proposta para a política agrícola do País.

O Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, vem honrando sobremaneira o Estado do Paraná, por sua atuação digna, enérgica, corajosa e firme diante dos inúmeros problemas enfrentados hoje pelo governo da União. Suas posições, coerentes e destemidas, colocam-no como um dos sustentáculos da administração pública federal. Servindo de exemplo à fraqueza e falta de iniciativa de muitos governantes, de como é possível trabalhar para construir um Brasil voltado para o bem de sua gente, com dignidade e honestidade.

No encontro, realizado nesta Casa, em data de ontem, o Ministro José Eduardo mostrou a situação do setor agrícola e o que por ele pode ser feito para sua reabilitação. E também hipotecou seu apoio à

causa, como o trabalho de seu Ministério que participará das discussões técnicas em torno da definição de uma nova política agrícola, desde que a iniciativa parta do Ministério da Agricultura. É de se ressaltar ainda a preocupação sua quanto à necessidade da diminuição dos custos da agroindústria através da redução de impostos, como o FINSOCIAL.

Por tudo isso e pelo muito que o Ministro José Eduardo Vieira vem fazendo, pelo Paraná e pelo Brasil, é de justiça que se insira, nos Anais desta Casa para que as futuras gerações conheçam aqueles que, nesta fase difícil da história do Brasil, souberam trabalhar com dignidade e coragem por um futuro melhor para nossa Pátria.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Ministro José Eduardo de Andrade Vieira - Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo. Assim como ao Diretório Regional do Paraná do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, ao qual pertence o Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1262

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM, o envio, ao Poder Executivo, do Anteprojeto de Lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(aa) RENATO ADUR

LOURENÇO FREGONESE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ ANTEPROJETO

D E C R E T A:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes ao Município de Paranaguá.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a transferir ao município de Paranaguá o Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes, pertencente ao Instituto de Saúde do Paraná, com seus bens imóveis, móveis e semoventes.

Art. 2° - O Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes permanecerá integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e terá suas atividades financiadas de acordo com os critérios previstos na Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 e na Lei n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(aa) RENATO ADUR

LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Alberto Goldman a inclusão no orçamento de 94, a construção ou duplicação da ponte sobre o Rio Tibagi, no km 24 da BR-373.

Pois apelos neste sentido já foram feitos pela comunidade de Ponta Grossa, do Paraná, clubes, entidades representativas, representações políticas e empresários, estando todos no aguardo da solução, a nível de Paraná, que irá beneficiar as famílias brasileiras e estrangeiras que por ali transitam.

A referida ponte é uma ameaça à segurança das vidas humanas sujeitas aos inúmeros acidentes que ali ocorrem.

Sendo a BR-373 o corredor de exportação ao porto de Paranaguá, na época de safra o perigo de acidentes aumenta consideravelmente, como infelizmente é notado a cada ano que passa.

Certos da inclusão em 94 dessa pretensão no sistema viário do país, desde já agradecemos.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1264

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Paranaguá, localizada no Município de Almirante Tamandaré, quanto a instalação de energia elétrica nesta rua. Solicitam certa urgência no atendimento do pedido devido as dificuldades que todos os moradores vêm passando, em decorrência da falta de energia em suas casas.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1265

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Go-

vernador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Paranaçuá, localizada no Município de Almirante Tamandaré, quanto a instalação de água nesta rua. Pedem urgência no atendimento devido à situação precária em que se encontram.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Joacyr Deliberador, digníssimo Diretor-Geral em exercício do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no sentido de que seja autorizado a instalação de terminais de Computadores na 20ª CIRETRAN, de Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A participação da Associação Comercial e Industrial de Umuarama, na pessoa de seu Presidente Arecídio Cassiano Júnior, e demais pares, tem se notabilizado pela ferrenha defesa dos interesses da Sociedade Umuaramaense, em especial o seu comércio e atividade industrial.

É elogiável a atuação desta que na gestão de Arecídio, vem demonstrando uma clara determinação em buscar a promoção da cidade, do município e até da microrregião 11, quando denuncia, reivindica, encampa promoções, enfim age como um fórum de discussão dos fatos e das necessidades de Umuarama.

Uma dessas reivindicações, diz respeito a evasão de divisas que vem ocorrendo na arrecadação do IPVA, quando da emissão de Certificados e Carteiras de Motorista.

Denuncia a ACIU que diversas reclamações efetuadas pelos filiados, diante da demora na emissão de tais documentos, estão eles se dirigindo para outros centros, o que prejudica Umuarama e a região.

Pede a ACIU a instalação de Terminais de Computadores na 20ª CIRETRAN.

REQUERIMENTO N° 1276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. José Moacir Favetti, solicitando medidas urgentes, quicá ainda em data de hoje, diante da urgência que o fato pede, no sentido de solucionar o problema da presença de treze

garotos, todos menores de idade, que encontram-se presos na Cadeia Pública de Ponta Grossa, em situação irregular que afronta a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente, junto com os mais caros princípios de cidadania.

Estes menores infratores encontram-se recolhidos em uma única cela, próximos de bandidos de altíssima periculosidade, que prometem uma rebelião para as próximas horas, ocasião onde poderão ser usados como escudos humanos. A situação destes menores é totalmente irregular, segundo manifestação do ilustre Juiz da 1ª Vara Criminal, Dr. José Carlos Dalacqua, responsável pela Vara de Menores, publicada na edição de hoje do Jornal da Manhã.

Com o surgimento da denúncia, o Programa Progresso da Universidade Estadual de Ponta Grossa, coordenado pelo advogado Irio José Tabela Krunn, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, dirigido por Roberto Barbosa e a Pastoral Carcerária, coordenada por Geraldo Trentin já estão se mobilizando e deverão ganhar a adesão de outros órgãos representativos da comunidade pontagrossense, com o objetivo de sensibilizar as autoridades estaduais responsáveis pelo problema.

Por outro lado, segundo as autoridades policiais, os menores, alguns homicidas, não poderão simplesmente ser libertados e sim encaminhados a instituições correccionais ou equivalentes, como a Casa do Menor Infrator, mas esta, porém, ainda não está em funcionamento em Ponta Grossa.

O Governo do Estado tem a obrigação Constitucional, segundo o Capítulo VIII da Carta Estadual, de assegurar à criança o direito a dignidade e colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e necessita adotar já uma postura para solucionar a questão tratada neste requerimento.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 1283

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Segurança, Sr. José Moacir Favetti, solicitando tomada de providências com relação ao episódio ocorrido na Fazenda Cristo Rei, no Município de Conselheiro Mairink, onde pistoleiros fortemente armados tentaram fazer o despejo de forma violenta de centenas de famílias de sem-terra lá acampados, episódio este ocorrido no último domingo dia 16 do corrente.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário a tomada de providência de coibir a violência no campo. A reforma agrária deve ser encarada pelo Governo do Paraná como um problema social e não como caso de polícia, permitindo que pistoleiros a mando dos que se opõe a esta mudança social tomem a justiça em suas mãos, ceifando vidas de trabalhadores, conforme tem ocorrido em nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1293

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando as providências necessárias para imediata homologação e nomeação das candidatas aprovadas no concurso público para o cargo de Identificador Datiloscópico, convocado pelo edital n° 004/86, da SESP, corroborando os termos do Ofício n° 057/93, de 20 de abril de 1993, da lavra da Procuradoria Geral de Justiça - Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, protocolado na SESP sob o n° 1.272.086-6, em 26 de abril de 1993.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", reza a Constituição Federal, dentre os direitos e garantias fundamentais do estado democrático de direito brasileiro.

Lendo atentamente a Constituição, não posso situar em outro lugar, senão na ilegalidade plena o ato do Poder Executivo do Estado do Paraná que discriminou mulheres no concurso para a carreira de identificador datiloscópico da polícia civil.

Que dizer Senhores Deputados, quando o próprio Estado desconhece a Constituição, viola direitos e conduz seus atos sobre a mais completa ilegalidade?

Mediante edital 04/86 foi aberta inscrição para o concurso público de identificador datiloscópico da polícia civil, com oitenta vagas.

A primeira fase do concurso compreendeu as provas escrita de conhecimentos, datiloscopia, oral, exames psicopatológicos e teste físico. A segunda constituiu o curso técnico profissional de identificador datiloscópico na escola de polícia civil.

Publicados os resultados da primeira fase do referido concurso, o conselho de polícia civil matriculou compulsoriamente o primeiro grupo de concursandos, junto à escola de polícia civil, mas de forma discriminatória, pois grande parte dos mesmos foi do sexo masculino e, conseqüentemente, com médias de aprovação bem inferiores às das concursadas, que foram preteridas e discriminadas com o não-chamamento para realização da segunda fase do concurso.

Quando o prazo de validade do concurso estava para ser expirado, as concursadas ingressaram com recurso junto ao conselho de polícia civil, pedindo a prorrogação do prazo de validade do concurso por mais dois anos.

Em decorrência do acatamento do pedido, o conselho de polícia civil preencheu oito novas vagas das dez ainda existentes, mas com nova discriminação contra a mulher. O conselho matriculou homens com média classificatória de 58,7 preterindo, uma vez mais, as candidatas com média classificatória de 79,3.

Em consequência disso, esses homens concluíram a escola de polícia e foram homologados e nomeados para a carreira de identificador datiloscopista.

Diante dessa situação repugnante, Senhores Deputados, as mulheres discriminadas peticionaram ao doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, procurador de justiça da promotoria de defesa dos direitos e garantias constitucionais, e só por intervenção do Ministério Público conseguiram a matrícula na Escola de Polícia Civil, para cumprir a segunda etapa do concurso para identificador datiloscópico.

Tais candidatas iniciaram o curso da Escola de Polícia Civil em 1° de julho e formaram-se em 08 de outubro de 1.991.

Entretanto, aí não terminou o processo de discriminação às mulheres, na Polícia Civil do Paraná.

Aprovadas nas provas da primeira fase, graduadas pela Escola da Polícia Civil, as candidatas concursadas não foram sequer homologadas.

E isto motivou novos pedidos por parte de diversas autoridades. Eu tenho um ofício de número 1.252/90 do Deputado Renato Adur, dirigido ao Senhor José Maria Correia; um ofício de número 047/93, de autoria do Deputado Bona Turra, ao Governador Roberto Requião e um novo procedimento do Ministério Público, através do ofício n° 057/93, de 20 de abril próximo passado pedindo informações do Senhor Secretário José Moacir Favetti, sobre as providências adotadas para homologação e nomeação das aprovadas no concurso de identificador datiloscópico.

Este último está no gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública desde 07

de maio, sem nenhuma resposta.

Ora, Senhores Deputados, isto parece uma brincadeira. Uma brincadeira com a constituição, com o direito das pessoas, com as autoridades, com o Ministério Público.

O que justificou o procedimento discriminatório da polícia civil do Paraná? Por que a Secretaria de Segurança Pública reluta em homologar as aprovadas no concurso e nomeá-las para exercer as funções para as quais foram capacitadas e consideradas aptas?

Não pode este Poder se calar diante da Prática levada a efeito pela Secretaria de Segurança Pública.

Diante disto, Senhores Deputados, estou encaminhando à Mesa requerimento para que seja enviado requerimento ao Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública, para tomada de providências necessárias para homologação e nomeação das aprovadas no concurso de identificador datiloscopista da Polícia Civil, convocado pelo edital n° 004/86.

Não que isto vá reparar ou redimir o estado dos atentados discriminatórios já levadas a efeito contra as mulheres concursadas. Mas, pelo menos; garantir-lhes-á o direito de exercer um ofício, para as quais foram consideradas aptas, segundo os critérios da própria Polícia Civil do Estado do Paraná".

REQUERIMENTO N° 1277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial urgente, se possível via "fax-simile", ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, eminente Deputado José Tavares da Silva Neto, solicitando, em nome da comunidade pontagrossense, sua presença em Ponta Grossa para participar das negociações com os presos da Cadeia Pública que prometem deflagrar uma rebelião, tendo em vista não receberem atendimento condizente e condições mínimas no local.

A presença do Senhor Secretário em Ponta Grossa pode sufocar este movimento, que, se confirmado, poderá trazer consequências jamais imagináveis na região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) PLAU TO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 1257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a transcrição nos Anais da Casa do comentá-

Curitiba, terça, em 18.05.93

rio da Jornalista Olécia Plahtyn, publicado no Jornal Diário do Comércio, da Cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A dor da perda de uma jovem vítima da fatalidade que estudava em nossa Capital enlutou uma família parnanguara.

O casal Marli e José Aluizio Tramujas Martinelli, jamais em suas vidas esperavam sofrer esse momento irreparável com o falecimento de Cristiana Moreira Martinelli, e isso criou um choque em grande parcela da sociedade de Paranaguá, não só pela morte dessa jovem, mas também pela necessidade urgente de ser reformulada e repensada a vida da própria cidade em seus diferentes processos educacionais e econômicos.

A Jornalista Olécia Plahtyn em seu comentário do último dia 14 de maio no jornal Diário do Comércio, aborda com palavras sucintas a questão e mostra as responsabilidades das Autoridades que hoje detém o comando da cidade.

Um artigo profundo, mas que mostra publicamente as necessidades de mudanças, e diante dessa abordagem literária, solicitamos a transcrição nos Anais da Casa do mesmo e ainda solicitamos que desse ato sejam comunicados a citada Jornalista no endereço: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - BR-277 km 0 - CEP: 83206-380 - Paranaguá-Pr., e o Engenheiro José Aloízio Tramujas Martinelli e sua Esposa Marli Moreira Martinelli - BR-277 - km 0 - CEP: 83206-380, manifestando a nossa dor pela perda de sua filha Criatiana Moreira Martinelli, e dizendo que estamos realizando um trabalho aberto no sentido de proporcionarmos o crescimento exigido pela comunidade parnanguara.

REQUERIMENTO N° 1269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro nos Anais da Casa, matéria publicada no jornal "Gazeta do Povo", de 16.05.93, página 03: "Alerta sobre a miséria - fome".

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Há mais de dois anos, o jornal "Gazeta do Povo", já alertava sobre o avanço da miséria em 1991 formalizava um movimento que envolvia todos os institutos religiosos e educacionais do estado bem como instituições as mais diversas, e empresários para a campanha de emergência contra a miséria.

Este movimento ganhou corpo sob a liderança do jornalista Francisco da Cunha

Pereira, Diretor-Presidente daquele matutino que mobilizando liderança do estado deu o primeiro grito de alerta para o que poderia advir, caso não fosse tomado providências a nível Nacional para o problema da miséria que alastra no País.

Na seqüência, conforme a imprensa Nacional divulgou, os saques aos supermercados do Rio de Janeiro, confirmando assim o alerta daquele jornalista, há mais de três anos.

REQUERIMENTO N° 1292

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam "transcritos nos Anais do Poder Legislativo os artigos "Carta Aberta ao Governador Requião", "Senhor Governador" e "Os Trinta Dinheiros do Governador", de autoria do Promotor de Justiça Antonio de Jesus, da professora Elsie Bettega e do Jornalista Roberto Barrozo, respectivamente, todos publicados pelo Jornal do Estado, desta Capital.

Todos os artigos em epígrafe emitem abalizadas opiniões sobre o conflito do Senhor Governador do Estado com os membros do Poder Judiciário.

O Promotor Antonio de Jesus, de Cascavel, diz do seu descontentamento com a lentidão da Justiça; com o acúmulo de serviço correspondente a cinco promotores; com as instalações precárias do fórum local; com os altos custos da Justiça, que dificultam o acesso dos mais carentes; com a subtração do seu direito de servidor de benefícios junto ao Instituto de Previdência do Estado; com a tentativa de desmoralização do Poder Judiciário e do Ministério Público, através das inverdades do Governador, publicadas através da imprensa.

Enfim, o Promotor Antonio de Jesus, está descontente por não conseguir no Paraná, através da profissão que escolheu e à qual se dedica, proporcionar a si e à sua família uma vida dentro dos padrões mínimos de dignidade.

Dona Elsie Bettega, pedagoga, escreve utilizando-se do direito adquirido como cidadã, como esposa de um Magistrado, que conhece de perto as dificuldades econômicas desse segmento do serviço público.

De forma até apaixonada, dona Elsie defende a magistratura, e explica porque se considera parte dela. "Magistratura do Paraná nunca fez greve anteriormente.

Se chegamos a este ponto é porque estamos no fundo do poço. Nossos salários não cobrem, no momento, as despesas mensais", diz, angustiada, a professora Elsie, não sem antes dizer do muito que um juiz é obrigado a desembolsar para bem po-

der exercer seu ofício: livros, funcionários, equipamentos e outros.

Por fim, o jornalista Roberto Barrozo Filho, de crítica sempre autorizada, vem abordar o episódio em que o Senhor Governador Roberto Requião, ofendeu publicamente um Juiz honesto e trabalhador na cidade de Palmas, oferecendo-lhe notas de dinheiro, como se o magistrado precisasse de escola.

Como se vê, oriundos de diferentes segmentos da população, o Promotor, a Professora e o Jornalista têm opiniões que convergem para um mesmo ponto, a imperícia, a irresponsabilidade e a inabilidade do Governador do Estado no trato da questão do Poder Judiciário no nosso Estado.

O conflito entre o Judiciário e o Executivo não tem precedentes. Os magistrados levam à frente uma paralisação que visa a conquista de um salário digno para a sobrevivência.

Apesar de tudo isto, o Governador mantém uma posição virulenta, incompatível com o decoro de uma autoridade para com os problemas do Judiciário e do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 187/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Maria Aparecida de Lima, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.93.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública é uma creche que, desde sua fundação vem atendendo a crianças de 0 a 14 anos, oriundos de famílias carentes cujas mães precisam ausentar-se do lar durante o dia, em virtude de trabalho.

A Creche oferece a estas crianças toda a assistência de que necessitam como, alimentação, assistência médica, odontológica, educação moral, cívica e religiosa e também atividades recreativas, as mais variadas.

Tem realmente tal entidade exercido uma atividade de real importância para a Comunidade de Campina da Lagoa.

Por este motivo, entendemos ser pertinente o pedido do Plano de Lei aqui proposto.

Esperamos pois, contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis na aprovação desta medida.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. e Sras que se encontram nas galerias da Assembléia Legislativa.

O Deputado Pedro Tonelli, Maria Laura Sales Pinheiro e Paulo Roberto Galvão, Deputados Federais do Partido dos Trabalhadores, entraram com representação junto à Procuradoria Geral da República e junto ao Tribunal de Contas da União solicitando uma auditoria na Empresa Brasileira de Correios. Tal pedido se deve a essa empresa ter celebrado junto ao BAMERINDUS um contrato mútuo, no qual o BAMERINDUS faria um empréstimo de quinhentos bilhões de cruzeiros, um crédito rotativo para ser pago em noventa e um dias. Em troca o Banco BAMERINDUS teria a conta da Empresa Brasileira de Correios.

Esse contrato foi firmado sem a prévia aprovação do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Correios; e esse contrato contraria o disposto na Constituição Brasileira, que reza que as empresas estatais devem ter a sua movimentação bancária em bancos estatais e não em bancos privados. Parece que são poucas as empresas que têm a disposição de cumprir o que reza na Constituição. Inclusive algumas administrações públicas também a desrespeita, como é o caso da Prefeitura Municipal de Curitiba que desrespeita a Constituição e desrespeita a Lei Orgânica do Município tendo a sua movimentação bancária no BAMERINDUS, inclusive com o favorecimento de um banco dentro da própria Prefeitura de Curitiba.

Os três Deputados Federais do PT entendem cinco irregularidades nesse contrato, por isso essa representação junto à Procuradoria Geral e esse pedido de auditoria. A primeira delas diz respeito à manutenção de conta corrente em instituição financeira privada, no caso o BAMERINDUS; a segunda, de disponibilidades de caixa em instituição não oficial; a terceira, a contratação de empréstimo em instituição com as mesmas características; a quarta, falta de manifestação do Conselho de Administração na contratação de empréstimo, considerado vultoso para as operações rotineiramente contratadas pela empresa brasileira de correios; e o quinto, a transferência para o BAMERINDUS da movimentação bancária da Empresa de Correios e Telégrafos.

Nós entendemos que esse tipo de con-

trato também peca pela questão da moralidade, uma vez que apesar de licenciado, o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira é um dos donos do BAMERINDUS. Ministro, mas licenciado do cargo de Diretor; não significa que não tenha sua interferência na administração, porque lá mesmo tem opiniões; ou que não participe, mesmo que não registrado em ata, de reuniões da direção do Banco. E, como Ministro, acaba abocanhando uma parte das contas de uma empresa estatal, no caso a Empresa de Correios e Telégrafos.

Se no mínimo não é ilegal, se tornaria pelo menos imoral um Ministro de Estado participando das contas...

(É retirado o som)

Só para concluir, Sr. Presidente.

...Se não ilegal, no mínimo imoral, um Ministro de Estado que decide sobre os destinos do Estado, ter as contas de uma estatal depositadas em sua empresa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa, perante os senhores visitantes desta sessão de hoje, não poderia de maneira e forma alguma levar uma imagem distorcida do Poder Legislativo do Paraná, nas pessoas do nosso Presidente, Deputado Orlando Pessuti; do Secretário, Deputado Anibal Khury; e do Secretário, Deputado Dirceu Manfrinato, que envidaram todos os esforços humanamente possíveis para o entendimento entre os Judiciário e o Executivo. Não foram uma, nem duas, nem três, foram inúmeras e incontáveis vezes que o nosso Presidente chega ao Tribunal, desloca-se ao Palácio e traz a nós, Parlamentares, as posições. Debruçamos entre todas as mensagens que estão incluídas na pauta do dia de hoje. E para que o Paraná, através da imprensa, tome conhecimento, estivemos pela manhã hoje numa fase de entendimento das lideranças de todos os partidos com o Sr. Presidente. Exatamente quase às 13:30 chega uma nova mensagem uma nova postura do Governo do Estado.

Aqui está a Mesa Executiva, aqui estão as lideranças, aqui estão as comissões debruçadas para achar a solução que deveria já ter sido encontrada, porque acreditamos que o Poder Judiciário e o Poder Executivo são suficientemente pessoas que dirigem tanto o Governo quanto o Tribunal, pessoas que deveriam realmente achar um meio pelo qual pudéssemos nós referendar aquilo que seria o entendimento da família do Paraná.

Hoje, senhores, aqui estão Procuradores, Delegados, Promotores e até Desembar-

gadores, estão Serventuários de todas as autarquias do Estado e servidores desta Casa esperando, como quem realmente espera como quando éramos crianças, o Papai Noel chegar com o saco de brinquedos.

Ninguém está brincando com o Paraná. Estamos aqui para solucionar este impasse e, se de agora em diante essa Mesa Executiva pedir para que a Sessão seja suspensa para que encontremos a solução dos pareceres técnicos das Comissões, os Senhores pensaram que a culpa é nossa, deste Poder que sempre esteve com a mão estendida e de pensamento voltado no interesse da família do Paraná.

A paralisação do Judiciário, a paralisação das outras categorias não é de interesse da família paranaense, muito menos de nós Deputados, nós queremos achar a solução. E nesta tarde, Srs. visitantes, queríamos através das nossas palavras que levem aos seus familiares, à imprensa, ao Paraná todo, que o Poder Legislativo não se omitiu, não se omitirá e tentará achar a solução nos graves momentos decisivos aonde está lá o Presidente da Comissão de Justiça, junto com seus membros, buscando achar um paliativo naquilo que não é nosso, mas que é de todo interesse da família do Paraná.

Se viesse a esta Casa uma Mensagem pela qual o entendimento fosse possível, nós não teríamos esse impasse criado e aqui estamos para solucionar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. visitantes, tenham a certeza que nós não vamos dar nada mais daquilo que é justo à magistratura do Paraná e ao Poder Judiciário, e não vamos dar nada menos ao Poder Executivo que já deveria ter encontrado uma saída e não devolvido a esta Casa um impasse pelo qual nós que temos que achar caminho que é uma solução que ele criou e alguns poucos ajudaram a criar.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Lê) - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, reza a Constituição Federal, dentre os direitos e garantias fundamentais do estado democrático de direito brasileiro.

Lendo atentamente a Constituição, não posso situar em outro lugar, senão na ilegalidade plena o ato do Poder Executivo do Estado do Paraná que discriminou mulheres no concurso para a carreira de identificador datiloscópico da Polícia Civil.

Que dizer, Srs. Deputados, quando o próprio Estado desconhece a Constituição, viola direitos e conduz seus atos sobre a mais completa ilegalidade?

Mediante edital 04/86, foi aberta inscrição para o concurso público de identificador datiloscópico da Polícia Civil, com oitenta vagas.

A primeira fase do concurso compreendeu as provas escrita de conhecimentos, datiloscopia, oral, exames psicopatológicos e teste físico. A segunda constituiu o curso técnico profissional de identificador datiloscópico na Escola de Polícia Civil.

Publicados os resultados da primeira fase do referido concurso, o Conselho de Polícia Civil matriculou compulsoriamente o primeiro grupo de concursandos, junto à Escola de Polícia Civil, mas de forma discriminatória, pois grande parte dos mesmos foi do sexo masculino e, conseqüentemente, com médias de aprovação bem inferiores às das concursadas, que foram preteridas e discriminadas com o não-chamamento para realização da segunda fase do concurso.

Quando o prazo de validade do concurso estava para ser expirado, as concursandas ingressaram com recurso junto ao Conselho de Polícia Civil, pedindo a prorrogação do prazo de validade do concurso por mais dois anos.

Em decorrência do acatamento do pedido, o Conselho de Polícia Civil preencheu oito novas vagas das dez ainda existentes, mas com nova discriminação contra a mulher. O Conselho matriculou homens com média classificatória de 58,7 preterindo, uma vez mais, as candidatas com média classificatória de 79,3.

Diante dessa situação repugnante, Srs. Deputados, as mulheres discriminadas peticionaram ao Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador a Justiça da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, e só por intervenção do Ministério Público, conseguiram a matrícula na Escola de Polícia Civil, para cumprir a segunda etapa do concurso para identificador datiloscópico.

Tais candidatas iniciaram o curso da Escola de Polícia Civil em 1º de julho e se formaram em 08 de outubro de 1991.

Entretanto, aí não terminou o processo de discriminação às mulheres, na Polícia Civil do Paraná.

Aprovadas nas provas de primeira fase, graduadas pela Escola de Polícia Civil, as candidatas concursadas não foram sequer homologadas.

E isto motivou novos pedidos por parte de diversas autoridades. Eu tenho aqui um ofício de nº 1252/90, do Deputado Renato Adur, dirigido ao Sr. José Maria Correia; um Ofício nº 047/93, de autoria do Deputa-

do Bona Turra, ao Governador Roberto Requião e um novo procedimento do Ministério Público, através do Ofício n° 057/93, de 20 de abril próximo passado, pedindo informações ao Sr. Secretário José Moacir Favetti, sobre as providências adotadas para homologação e nomeação das aprovadas no concurso de identificador datiloscópico.

Este último está no gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, desde 07 de maio, sem nenhuma resposta.

Ora, Srs. Deputados, isto parece uma brincadeira. Uma brincadeira com a Constituição, com o direito das pessoas, com as autoridades, com o Ministério Público.

O que justificou o procedimento discriminatório da Polícia Civil do Paraná? Por que a Secretaria de Segurança Pública reluta em homologar as aprovadas no concurso e nomeá-las para exercer as funções para as quais foram capacitadas e consideradas aptas?

Não pode este Poder se calar diante da prática levada a efeito pela Secretaria de Segurança Pública.

Diante disto, Srs. Deputados, estou encaminhando à mesa requerimento para que seja enviado requerimento ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública, para tomada das providências necessárias para homologação e nomeação das aprovadas no concurso de identificador datiloscópico da Polícia Civil, convocado pelo Edital n° 004/86.

Não que isto vá reparar ou redimir o Estado dos atentados discriminatórios já levados a efeito contra as mulheres concursadas, mas, pelo menos, garantir-lhes-á o direito de exercer um ofício para o qual foram consideradas aptas, segundo os critérios da própria Polícia Civil do Estado do Paraná."

Senhor Presidente, a mesmo tempo em que assumo esta tribuna, ocupando o Horário de Liderança do meu Partido, o PDT, quero lamentar profundamente a situação em que chegou em consequência desta paralisação do Poder Judiciário, em virtude do desentendimento entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

A Bancada do Partido Trabalhista, nesta Casa, tem procurado de todas as formas encontrar um consenso para que cheguemos a um denominador comum, para que a sociedade paranaense não sofra a falta de justiça próxima de si, para que os magistrados, para que o Poder Judiciário não sofra a discriminação que vem sendo feita através do Poder Executivo, quando hoje à tarde o Governador do Estado vai à televisão e conclama toda a população para que se inscreva no concurso que ele abre e que ele é um dos primeiros a se inscrever também.

Uma total falta de respeito para com a sociedade paranaense e a prova disso tem sido os inúmeros artigos publicados na imprensa do Paraná e ainda por muito milagre o Poder Judiciário tem encontrado algum espaço em meio de comunicação, para demonstrar sua apreensão, o seu descontentamento e a forma como vem sendo tratado através do Poder Executivo.

E nós, a bancada do PDT, aqui com a liderança do Deputado Paulo Maia, com as presenças dos Deputados Zuk, Namir Piacentini, da Deputada Emilia Belinati, do Deputado Cezar Silvestri e deste Parlamentar, têm procurado de todas as formas dar uma luz para se chegar ao consenso.

Na semana passada, alguns dos Srs. aqui constatarem quando a nossa bancada propôs à Mesa Executiva e ao Plenário da Assembléia a realização de uma sessão especial na última quinta-feira, quando pretendíamos que aqui viessem o Poder Executivo e o Poder Judiciário e num espaço de duas horas a cada um dos Poderes, ocupariam as tribunas para colocarem as situações de cada um dos setores.

Infelizmente, o pedido da bancada do PDT que teve o apoio do Deputado Basílio Zanusso, do PFL, e rejeitado por esta Casa. Entendíamos nós que aquele era o momento crucial, era o momento importante para a Casa, demonstrar também toda a sua preocupação em encontrar uma saída para esse impasse...

Sr. Presidente, estou falando no horário da liderança do PDT e não sei se já esgotou o meu horário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência já utilizou cinco minutos do Pequeno Expediente e mais cinco minutos do Horário das Lideranças do PDT. Lhe concedo os dois minutos e meio que restam ainda do Horário da Liderança.

O SR. ALGACI TÚLIO - Perfeito. Muito Obrigado, Sr. Presidente.

Então dizia eu, que infelizmente o nosso requerimento foi derrotado e com isso a Assembléia perdeu a grande oportunidade...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, se o orador que se encontra na tribuna desejar algum espaço dentro do Horário reservado para liderança do nosso partido, poderá fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa consulta o Deputado Algaci Túlio se fará uso do Horário do PFL.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Basílio Zanusso, que demonstra

mais uma vez a sua sensibilidade, a sua preocupação também para que todos nós possamos encontrar uma saída, o denominador comum para o impasse criado entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

Então, o que eu teria para dizer aos Senhores Parlamentares e àqueles que nos visitam no dia de hoje, que vêm a esta Casa para acompanhar mais uma votação. Que vêm a esta Casa com a expectativa de que hoje se encontre uma saída para o impasse, mas que de repente são surpreendidos por uma mensagem mandada a última hora pelo Governador à Assembléia Legislativa, o que poderá provocar daqui a pouco, provavelmente, o encerramento da sessão, sem que possamos votar os projetos que estão na Ordem do Dia.

Nós lamentamos profundamente, as bancadas de oposição nesta Casa têm procurado sensibilizar os Srs. Deputados e procurado sensibilizar a Liderança do Governo aqui na Assembléia Legislativa, infelizmente parece que as coisas não caminharam da maneira como nós desejávamos e o resultado está, o impasse continua criado, não encontramos uma solução. O Paraná hoje está com as suas atenções voltadas para esta Casa, para a Assembléia Legislativa e de repente uma frustração pode acontecer daqui a pouquinho. O que nós lamentamos profundamente.

Falta de boa vontade da bancada do PDT, não aconteceu. Está aí o Deputado Paulo Maia que pode comprovar o que eu estou dizendo, nosso líder da Bancada, que tem se reunido diariamente com as demais lideranças, procurando por a posição do nosso partido, a preocupação do nosso partido, com relação a esta situação.

Gostaríamos que hoje nós pudéssemos iniciar aqui um processo de encaminhamento de soluções, mas o que parece, infelizmente, isto não vai acontecer.

Concede aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Meu caro companheiro, Deputado Algaci Túlio, obviamente nos somamos à preocupação que V.Exa. externa neste momento a respeito deste impasse. Nós temos certeza que o Paraná aguarda uma solução e com certeza em hipótese alguma este Poder poderá se eximir da responsabilidade de estar presente neste processo. Se não vejamos que nós estamos aqui neste momento procurando decidir a respeito de uma questão que trouxe dificuldades, obviamente, não criada pelo Poder Legislativo e creio também não criada pelo Poder Judiciário. Mas está criado o impasse e com certeza nós precisamos da solução.

Eu creio que esta Casa agirá com toda a tranquilidade possível, respeitando a autonomia dos Poderes. Deve julgar o que

aqui está, deve votar as questões que aqui estão postas sempre com a preocupação da não interferência na decisão do Poderes constituídos no Estado do Paraná.

Obviamente nós não gostaríamos de ter a interferência também nas decisões do Poder Legislativo e o momento é de bastante serenidade para que julguemos, e o PDT como V.Exa. colocou há pouco já tentou obviamente como tem tentado a Mesa Executiva da Casa achar o solucionador e eu creio que aí há várias propostas dentre elas nós temos o Substitutivo do próprio Judiciário.

É a voz do Judiciário e eu acho que a Casa aqui deve votar e com certeza a competência de vetar ou sancionar não é da Assembléia Legislativa e sim do Poder Executivo.

Acho que as propostas estão claras, a competência desta Casa neste momento é com a serenidade das decisões e com certeza, o PDT, e eu tenho certeza, e eu estou convicto de que a maioria dos Deputados nesta Casa estão convictos da necessidade de decisão urgente do impasse colocado. Acho que o momento não é de se jogar mais lenha na fogueira, mas é se achar o solucionador para este impasse.

Somo-me a Vossa Excelência e com certeza esta colocação de Vossa Excelência é o desejo que tem o Partido Democrático Trabalhista.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - É esta a serenidade que nós gostaríamos que partisse do Governo do Estado do Paraná.

Não é demitindo servidor público em pleno palanque quando se faz uma inauguração. Não é colocando dinheiro no bolso de um magistrado quando este vai recebê-lo com todas as honrarias no aeroporto. Não é publicando matérias na televisão, mentindo com relação a salários, fazendo comparações salariais de uma categoria com outra categoria.

Tudo isto a Bancada do PDT até passa por cima. Não pretende, como disse o nosso Líder maior, Deputado Paulo Maia, não pretende aqui colocar mais lenha na fogueira, mas pede a serenidade do Governador do Estado do Paraná e pede a compreensão da Bancada do PMDB, dos Deputados aliados ao Governo do Estado para que encontremos uma solução, porque se isto não acontecer o mais rápido possível o desgaste não será apenas do Poder Judiciário, não será apenas do Executivo, mas também será certamente desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha saudação também aos membros do Poder Judiciário e demais servidores presentes nesta Casa.

Não é segredo para ninguém que a Bancada do Partido dos Trabalhadores foi a primeira e talvez a única a manifestar nesta Tribuna sua simpatia com relação ao Projeto do Governador do Estado do Paraná que estabelece a isonomia entre os servidores e a equivalência de vencimentos entre os Secretários de Estado, Deputados e membros do Poder Judiciário.

Mas também é preciso deixar claro aqui que o nosso apoio a esta Mensagem estava e sempre esteve vinculada a algumas condições básicas para a sua efetivação.

Aprovar a proposta do Governador do Estado na forma como está colocado na Mensagem n° 07/93, significaria que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo outorgariam ao Governador do Estado daqui para a frente, o poder soberano e solitário de decidir sobre a política e os reajustes do funcionalismo em geral.

Daqui para frente inclusive dos membros do Poder Legislativo e dos membros do Poder Judiciário. E convenhamos, Srs. Deputados, o povo rejeitou a Monarquia nas urnas, rejeitou inclusive a Monarquia Constitucional, quanto mais a Monarquia Absolutista. Foi por isso que nós colocamos com toda a clareza, que do ponto de vista ético, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista dos princípios administrativos há que se estabelecer essa isonomia, há que se estabelecer essa equivalência, mas deve vir acompanhado com essa proposta uma política de reajuste salarial fixado em Lei, com uma regra clara a perdurar até o final do Mandato desse Governo.

O porquê dizemos isso Srs. Deputados? Porque reconhecemos a inteligência e a astúcia do Governador do Paraná. O Poder Legislativo aceita a Mensagem 07, agrada o Governador do Estado, concorda com o clamor da opinião pública, abafa a pressão dos Magistrados, mas daqui para a frente, ficaremos todos dependendo da vontade do Governador.

O ano que vem é ano de eleições. Alguns dos Srs. conhecem outra forma de manter a capacidade de investimento do Estado, senão pelo arrocho salarial imposto ao conjunto do funcionalismo público. Srs. Deputados, as pesquisas de opinião não mentem, a oposição há de crescer o ano que vem. A tentação para manter volumes imensos de investimentos a serem aplicados nas Prefeituras e em obras para ganhar as eleições serão muito grandes. E aí quem pagará a conta? Serão os funcionários do Estado. Por isso não há que se votar o Projeto 07/93, que nós aqui temos autori-

Curitiba, terça, em 18.05.93

dade para dizer isso, porque fomos os primeiros e únicos a apoiá-lo, sem que venha acompanhado com a regra do reajuste salarial. Esta regra é que vai nos determinar de que forma serão feitos os reajustes daqui para a frente.

Nós não iremos depender da vontade do Governador do Estado. Mas aí perguntarão os Srs. que estão aqui. Porque é que o Poder Legislativo, então, não faz uma Emenda e conserta o Projeto 07/93. Por uma razão bem simples, Srs. Deputados: porque nós não temos competência Constitucional para criar despesas. Somente poderá ser implantada uma política salarial ... somente poderá ser aprovado se partir do Palácio Iguazu. Porque, caso o contrário, o Governador poderá até sacionar ou devolver para a Assembléia promulgar esta Lei com alteração estabelecendo a política salarial. Mas no dia seguinte, entra perante o Supremo Tribunal Federal e declara Inconstitucionalidade e ficaremos todos nós Juizes, Promotores, Delegados, Professores, Médicos, Engenheiros, Deputados, todos esperando a boa vontade do Governador do Estado em conceder reajustes salariais de forma absolutista.

Por isso, é que temos que ter clareza de que a política salarial é a primeira a ser votada nesta Casa para, a partir daí, apoiarmos as outras. Nós inclusive da Bancada do Partido dos Trabalhadores, também votaremos favoráveis à Mensagem do Poder Judiciário, que estabelece a isonomia de vencimentos com os Deputados, desde que, obviamente, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprove a Mensagem n° 07/93, porque aí estaremos todos vinculados, os três Poderes, os membros dos três Poderes percebendo a mesma remuneração. E quero dizer aqui, na condição de advogado, porque estou transitoriamente na condição de Deputado, mas sou um advogado. E sabem os Srs. Magistrados que receber uma mensagem às 13:30 e colocá-la em votação às 14:30 horas - sem analisar as consequências, a sua repercussão é no mínimo, temerária. Estamos mexendo com a vida, com a carreira de milhares e milhares de pessoas neste Estado, e temos que ter responsabilidade quanto ao voto.

Quantas vezes os Srs. Magistrados, talvez não tenham se penalizado por colocarem o voto de forma apressada, tenham se arrependido e depois percebendo, analisando com cuidado até, cometerem uma injustiça! E eu cito um caso típico aqui, bem ilustrativo. Há uns tempos atrás um grupo de sem-terras ocupou uma fazenda que se dizia de um legítimo proprietário improdutivo. O juiz, sem pestanejar, despachou uma liminar determinando a imediata reintegração de posse. O Governador do Estado

não cumpriu a determinação de envio de força policial para desalojar os sem-terra e aí o Poder Legislativo, percebendo que aquilo poderia se transformar numa batalha sangrenta entre policiais e famílias de sem-terra, crianças e mulheres, fizemos uma comissão para analisar a questão. E acabamos descobrindo que a maior parte das terras pertencia ao Governo Federal, em terras da União e que boa parte daquelas terras era improdutiva. Talvez se o Magistrado tivesse tido a cautela de determinar uma inspeção prévia ou determinar uma perícia sobre aquele imóvel, teria descoberto que ele não estava cumprindo a sua função social e teria descoberto que o verdadeiro e legítimo proprietário das terras era a União, e à União caberia destiná-las à reforma agrária. Esse é apenas um exemplo de uma decisão que é tomada sem o devido cuidado, sem a responsabilidade que o caso exige.

Então, não vamos cair aqui no jogo do Governador do Estado, porque se esta vez ele vai agradar os Procuradores, vai agradar os Juizes, porque terão um salário razoável, os Deputados concordarão em reduzir seu salário amanhã, ficaremos todos de chapéu na mão implorando um aumento do Governador.

O Poder Legislativo e o Poder Judiciário, eu entendo, podem até abrir mão de alguns privilégios, até do poder de fixar seus vencimentos em nome do interesse público, em nome dos princípios da moralidade, dos princípios de ética. Mas não podemos jamais outorgar ao Governador do Estado um poder soberano, um poder arbitrário. Por isso nós dizemos: sem a Mensagem 07/93, desde que acompanhada com uma lei que estabeleça a política salarial que fixe claramente os vencimentos do Secretário de Estado, que fixe os vencimentos dos demais servidores do Estado do Paraná.

Não vamos cair no jogo de marketing, no jogo de astúcia do Governador do Estado. Temos que ter serenidade. Essas questões já deveriam ter sido resolvidas há muito mais tempo como determina a Constituição Federal e a Estadual. Não vamos nós aqui, na pressa de resolver um problema imediato, criar outro muito maior e nos colocar nas mãos do Governador do Estado pelos próximos dois anos pela frente.

Então, tenho certeza de que os Juizes, Desembargadores, Procuradores perceberam a jogada do Governador do Estado do Paraná.

E eu tenho certeza que eles compreenderão que esse Poder não poderá votar nada antes que venha a esta Casa a regra que vai estabelecer a política salarial daqui para frente. Essa regra é fundamental, senão cairemos na armadilha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna hoje, não diz respeito à greve da Magistratura paranaense, dos Procuradores, mas um fato que tem sido noticiado amplamente pela imprensa nacional. Aqui na Assembléia Legislativa, tenho sido testemunha, tenho ouvido e visto os Deputados do Partido dos Trabalhadores constantemente a formular denúncias, a denunciar, a apontar falhas da administração do Estado do Paraná, algumas legítimas, algumas com fundamentos, e outras nem tanto.

A imprensa nacional - e quero falar sobre esse assunto -, divulgou esta semana um escândalo promovido por Deputados do PT, que pegaram dinheiro emprestado do Sindicato em Manaus e não devolveram ainda. A Direção Nacional do PT está fazendo vista grossa a um escândalo inédito no partido, segundo diz a matéria. O Deputado Federal Ricardo Moraes, do Amazonas confessou sua prática corrupta, a escuta clandestina de telefone e a invasão do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus com um pé-de-cabra.

O próprio Deputado confessou os crimes por escrito para uma Comissão de Ética do Diretório Municipal de Manaus.

O Presidente do PT, Luiz Inácio "Lula" da Silva que fez uma viagem de 19 dias pelo Nordeste do Brasil com a escusa de ver a fome, não sabendo o Presidente Nacional do PT, que nas favelas do Estado de São Paulo onde mora, a fome ronda a casa do trabalhador brasileiro, do desempregado brasileiro e não precisava ir ele ao Nordeste para ver a fome.

O Presidente do PT, Luiz Inácio "Lula" da Silva, segundo denúncias, tinha conhecimento do caso há vários meses.

O Deputado Moraes confirmou que comprou móveis, eletrodomésticos para uso pessoal em nome do PT, mas negou outras denúncias que provocaram sua tentativa de expulsão do partido.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para dizer que há poucos dias vi o Deputado Rosinha subir à tribuna para fazer uma denúncia com relação ao ex-Governador do Estado do Paraná.

É preciso dizer que um fato como este, acontecido no Estado do Amazonas, não vai macular a imagem do Partido dos Trabalhadores, porque é um fato isolado, como é preciso que o Deputado do PT venha a essa tribuna e veja que um fato às vezes não vai macular a imagem de um Governo sério, como foi o Governo que antecedeu o nosso

Governador Roberto Requião. Por isso é preciso ter coerência, é preciso ter a serenidade para fazer a denúncia e não generalizar, porque a generalização, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitas vezes é injusta, acaba prejudicando pessoas que nada têm a ver! E me refiro aqui no caso da Secretaria de Estado da Saúde, do Governo anterior...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Consulto o nobre Deputado se faz uso do horário do PMDB.

O SR. NEREU MOURA - Sim, Sr. Presidente, só para concluir.

... que veio dizer, fazer denúncias e buscando envolver o nosso ex-Governador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, não pode um Governador do Estado ser envolvido em denúncias, numa máquina grandiosa como é o Governo do Estado do Paraná, que possui 140 mil funcionários. Não pode, talvez por um lapso que não foi comprovado, por um lapso de uma pessoa, querer jogar a culpa em quem nada deve. E assim se esta regra fosse verdadeira eu viria aqui hoje, com um farto material, que a imprensa nacional divulga, dizer que o PT, a partir dessas denúncias, deixou de ser um partido combativo, sério, decente e honrado, que é, na minha avaliação, um Partido do campo progressista. Por isso é que não podemos fazer as generalizações.

E muito menos, para finalizar, Sr. Presidente, usar as entidades sindicais como aparelho dos partidos políticos.

Diz aqui uma outra reportagem da Folha de São Paulo: "PT sob suspeita."

Sindicalistas acusam Deputado de receber dinheiro de empresas. Sindicalistas ouvidos em Manaus acusam o Deputado Ricardo Moraes, ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em Manaus, de ter feito acordo com indústrias da Zona Franca, contrário aos interesses dos trabalhadores, recebendo em troca dinheiro e carros."

Estas denúncias não vão, absolutamente, comprometer a estrutura partidária do Partido dos Trabalhadores do Brasil, como não vai também a denúncia aqui formalizada de possíveis desvios de conduta de funcionários públicos na gestão anterior, comprometer a imagem honrada, decente de nosso ex-Governador, que também governou e conduziu o Estado do Paraná rumo ao progresso e ao desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. e Sras. presen-

tes - Eu não subo a Tribuna para responder ao Deputado Nereu Moura, mas quero apenas dizer que o PT continua coerente, sério e honesto, e quisera que o PMDB, Deputado Nereu Moura, se comparasse a nós.

V.Exa. está trazendo uma notícia extemporânea, porque este Deputado que V.Exa. fala já foi expulso de nosso Partido. Isso seria o correto, seria ideal que todos os Partidos fizessem, talvez vosso Partido teria que expulsar muita gente, neste País. O Dr. Rosinha responderá as questões que V.Exa. levantou, no momento oportuno, quando ele comprovará o que denunciou do Governo passado.

Eu subo nesta Tribuna, nesta tarde, para comentar aqui uma notícia trazida no dia de hoje, coincidentemente no dia de hoje, no Jornal "Estado do Paraná", sobre um conflito de terras no Norte do nosso Estado nestes últimos dias. Diz aqui o Jornal "Estado do Paraná" que um grupo de pistoleiros, a mando de fazendeiros, invadiu neste final de semana um acampamento de sem-terras na cidade de Conselheiro Mairinck, perto de Santo Antônio da Platina. Esse grupo de pistoleiros, fortemente armados, entrou no local, ateou fogo às barracas das famílias sem-terra, atirando para todos os lados, destruindo tudo. Quinze jagunços armados de escopetas e revólveres, entraram na fazenda ocupada há cerca de alguns dias e renderam as famílias que ali se encontravam, menores, crianças, mulheres. Logo na entrada da fazenda ao se retirar, o grupo de jagunços encontrou um grupo de sem-terra, e entre eles José Benedito de 64 anos, houve um conflito, Benedito teria levado um tiro, e os jagunços atearam fogo no local para eliminar o sangue que havia derramado, e este senhor está desaparecido até nesse dia. Os pistoleiros atearam fogo tentando apagar as marcas de sangue, o que não foi possível porque o sangue permaneceu no local. Dezenas de cartuchos de escopeta foram encontrados na fazenda, embora a maior parte dos homens que tomaram o acampamento de assalto estivessem encapusados, os sem-terras alegam que eles têm o mesmo jeito dos indivíduos que provocaram conflito semelhante em Nova Fátima, na Fazenda da Mata, onde foi assassinado uma liderança dos trabalhadores rurais e que até hoje não se tem notícias do julgamento ou da punição de quem o fez. Os jagunços trabalham, segundo os sem-terras, para Serafim Meneguel e que teriam sido cedidos ao fazendeiro Antônio Luz Dias.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, enquanto o povo do Paraná assiste atônico e apreensivo a este conflito entre os Poderes Executivo e Judiciário em nosso Estado, o desgoverno em nosso Estado continua e anda a solta. Eu digo atônito e apreen-

sivo porque como eu, provavelmente muita gente não sabe bem o que está acontecendo no Paraná, porque segundo a imprensa, para o Governador, o problema com o Judiciário é o problema salarial; segundo a imprensa, para o Judiciário, não é o problema salarial: é o não cumprimento das ordens judiciais. Para mim, a dúvida aumenta quando nesta tarde em que nós aqui votamos um Projeto de Leis salariais, as nossas galerias estão lotadas por membros do Poder Judiciário. Por outro lado, a dúvida aumenta também quando o Governador investido de um Poder, do Poder Executivo, Chefe do Poder Executivo Estadual, investido desse Poder pelo povo do Paraná, trata com desrespeito, com deboche e com achincalhamento a questão do conflito com o Poder Judiciário. Entendo que deveria se tratar de outra forma e com maior respeito os Poderes Constituídos do nosso Estado.

Já disse aqui em várias oportunidades, esses trabalhadores sem-terra que acabei de me referir, e tantos são no nosso Estado, são fruto das injustiças sociais da concentração de riquezas de poder de terras, das leis injustas que o nosso País tem; porque muitas vezes são expulsos quando procuram, brigam, para poderem trabalhar e sustentar suas famílias. São expulsos por aqueles que se apoderaram destas terras, muitas vezes, expulsando também posseiros, como é o caso que comprovei pessoalmente com uma Comissão Parlamentar no município de Pinhão.

Então o que dizer destas famílias que procuram um direito, reivindicam um direito à vida e ao trabalho, quando ocupam estas terras que muitas vezes estão ilegais e injustas nas mãos de fazendeiros.

Há necessidade que sejam punidos aqueles, como estes casos que ocorrem hoje em nosso Estado, que formam milícias particulares, desrespeitando também as leis. Quando fazendeiros vão à televisão descaradamente dizer que estão formando milícias e exércitos privados, ninguém toma providências, nem o Poder Executivo, nem o Poder Judiciário, e estes bandidos que também são fazendeiros, se apoderam do seu dinheiro e das armas e também tentam fazer justiça. O que também é inconstitucional e é ilegal e nenhum Poder toma providências neste Estado.

É necessário que a reforma agrária seja colocada em prática, as leis não sejam interpretadas duramente como foram feitas há trinta, 40, 50 anos e sejam tratados estes movimentos de outra forma para que estas famílias tenham condição de vida e sobrevivência em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças consulto o

PSDB. (Declina).

Bloco Parlamentar Independente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais autoridades e visitantes aqui na Casa.

Nós, não só do BPI, como de resto a maioria ou a totalidade dos Deputados desta Casa, tem procurado, principalmente nos últimos dias, resolver da melhor maneira possível um impasse que não foi por esta Casa criado.

Ao tratar de um assunto de tão relevância, peço licença para contar uma pequena história:

Certa ocasião um grande mágico, visando provocar um dos homens sábios do seu tempo, pegou um pequeno pássaro entre as mãos colocando-o em suas costas e perguntou ao velho filósofo: - este pássaro que está em minhas mãos está vivo ou morto? O velho sábio, homem prudente, vivido, pensou, se eu disser que está vivo, o mágico esmagará o pássaro em suas mãos. Se eu disser que está morto, o mágico que seguira suavemente a ave, me mostrará que está viva. Ao pensar assim respondeu: - o pássaro estará morto se você quiser. E, se você quiser, ele estará vivo.

Uso a tribuna neste instante com esta pequena história porque esta pergunta tem me sido feita. O Legislativo está vivo, ou está morto? Estará morto ou vivo dependendo de nossa vontade. Está em nossas mãos o destino de nossa autonomia e de nossa independência. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Mesa Executiva desta Casa é a testemunha viva de que nós temos procurado de maneira permanente encontrar uma solução, para como eu disse, para o impasse que não foi por esta Casa criado, e que esta Casa não pode em momento algum ser acusada de benevolência ou de não operar dentro das suas prerrogativas. Tem sido uma constante a busca do melhor caminho, reuniões com o Poder Judiciário, reuniões com o Poder Executivo, com as lideranças desta Casa, com as Comissões, também constituídas dessa Casa. E aqui presentes inúmeros dos Senhores que estiveram em meu Gabinete ou em gabinetes desta Casa, onde nós procuramos, ouvir, argumentar, contra-argumentar, para como eu disse, errarmos o menos possível. Designado que fui pela Comissão de Constituição e Justiça para relatar mensagem do Poder Executivo, 107, 007, 013, e nós, a essas mensagens nos debruçamos quase que diuturnamente para com um único objetivo, encontrarmos o melhor caminho. A preocupação deste instante não é exclusivamente o que quer este ou aquele Poder, mas principalmente com o direito do servidor público.

Cabe à Assembléia Legislativa mostrar, mais uma vez, que ela está viva, que ela tem coragem de avocar para si um problema que não é dela, que não foi criado por ela. Mas cabe a nós todos, Deputados, avocarmos esta situação embaraçosa que vem envergonhando não só as categorias prejudicadas e atingidas, mas principalmente o nosso Estado aqui e lá fora. Ora, todos aqueles que estiveram em contato conosco nesses últimos dias e nessas últimas horas sabem da nossa preocupação em elaborar parecer substitutivo e emenda na busca de um melhor caminho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu me adianto nesta oportunidade ao utilizar a Tribuna, me adianto ao meu parecer, mas por favor, usemos da prerrogativa maior do ser humano, o bom senso e o equilíbrio, todos nós e imprensa vinha noticiando para aqueles que não sabiam que no dia de hoje essas polêmicas matérias seriam votadas, mas também não desconhecem que nós da Comissão de Constituição e Justiça, mas propriamente na qualidade de Relator desta polêmica matéria, aguardávamos uma mensagem de S.Exa. o Governador do Estado, mensagem esta que, oficiosamente, nós tínhamos conhecimento e oficiosamente tentamos ainda elaborar alguma coisa, mas também é verdade que mais do que tudo nos aguardávamos alguma coisa definitiva ao nível de política salarial.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, é de conhecimento de todos, e eu invoco o testemunho, me corrijam se eu estiver errado, que desde às oito horas da manhã de hoje que nós estamos tratando desta matéria, a nossa assessoria, a Comissão de Constituição e Justiça, S.Exa. o Presidente desta Casa, demais Deputados interessados em receberem a dita mensagem para que em cima dela, sim pudéssemos elaborar um parecer, uma emenda ou um substitutivo. Seria irresponsabilidade deste relator, ao receber esta mensagem, às treze horas e quarenta minutos, no gabinete da Presidência da Assembléia, e relatá-la na Comissão de Constituição e Justiça às treze e trinta.

Sessenta mil servidores aguardam uma palavra desta Casa, o Poder Judiciário como um todo aguardando o pronunciamento dos Deputados, a sociedade inteira aguardando a fala deste Poder que tem que demonstrar que está vivo.

Cabe aqui a estória do pássaro, cabe aqui nós Deputados colocarmos a nossa cara na janela e demonstrarmos que temos coragem para puxarmos esta briga que não é nossa, mas que com bom-senso, com equilíbrio nós podemos chegar, se possível, o mais próximo da verdade. Quem sou eu para saber qual é a verdade! Mas todos nós temos, no mínimo, um senso de justiça.

Saia do discurso, Deputado; saia do

palanque e vá à prática!

É isto que eu, político exclusivamente por dois anos, nunca fui político antes, mas não me envergonho de sê-lo agora. Tem esta Casa uma oportunidade a mais para resgatar a imagem tão triste que se procura dar à classe política.

Talvez alguns maus políticos estejam colhendo aquilo que plantaram, mas não vou me incluir entre eles e acho, com toda franqueza, que nós temos coragem e competência para que dentro desta Casa encontre-se a forma jurídica, legislativa, regimental que for, para que se forme, imediatamente, uma comissão de homens de bem, cabeças pensantes e interessadas para, aí sim dizer a todos os cantos que nós encontramos um caminho, se ele está certo ou não, cabe a sociedade julgar, mas com coragem.

Por essa razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por mais esforço que se faça, eu não seria irresponsável, para relatar, como bem disse um Deputado que aqui ocupou a tribuna, em cima do joelho, o destino não só de 60 mil servidores, não só de um poder que foi espoliado, esmagado, injuriado, como Poder Judiciário, mas principalmente, em busca da verdade do que quer a sociedade. Por esta razão, Senhor Presidente, me antecipo ao exame de qualquer matéria que venha, no que diz respeito à mensagem que chegou às 13:15 horas, não me encontro, pelas razões expostas, em nome do equilíbrio, do bom senso e da praticidade e sobretudo da responsabilidade que busca a verdade, não encontro condições de relatar matéria tão importante, porque todos aqueles que acompanharam o trabalho da C.C.J., brilhantemente presidida pelo Deputado Erondy Silvério, que tem buscado o encontro da proximidade com a justiça e com a lei. Nós sequer recebemos oficialmente ainda esta mensagem, ela foi lida aqui em plenário há minutos atrás. Existe um trâmite legal e normal e regimental, mas independente de tudo isso, que irresponsáveis seríamos nós ao apreciarmos tal matéria.

Existem realmente momentos irreparáveis em nossa história. Estão em jogo os destinos de milhares de paranaenses, desde o Executivo ao Judiciário, mas a partir de agora passa também pelo Poder Legislativo.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

Com a palavra o Partido Liberal.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Concedo ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Com a palavra o Deputado Ernani Pudell, me-

diante permissão do Deputado Colombino Grassano.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a gentileza e a deferência do Partido Liberal que, embora de ideologia antagônica, a ideologia socialista do Partido dos Trabalhadores, nos concedeu este espaço de desagravo.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - A ideologia não permite que haja um distanciamento entre as pessoas e o direito de respeitar também a posição de V.Exa.

O SR. ERNANI PUDELL - É por isso que nós aprendemos a respeitar o Deputado Colombino Grassano pela sua grandeza e pelo seu espírito democrático.

Mas este momento nos exige de imediato um desagravo ao que foi dito aqui com relação ao Partido dos Trabalhadores.

Há pouco o ilustre Deputado sobe à tribuna e noticia que um Deputado do PT do Amazonas estaria envolvido em corrupção e que, portanto, o PT também passaria a fazer parte dessa situação de irregularidades com que se envolvem os homens públicos deste País.

Fico profundamente indignado, porque o ilustre Deputado só esqueceu de falar que a denúncia partiu do próprio PT, contra um elemento que estava dentro do PT, foi expulso antes que a imprensa ou alguém denunciasse o Deputado, ele já havia sido expulso num processo de autodepuração com o Partido e que está com recurso da Executiva Nacional e que possivelmente deverá ser consultado.

O Deputado deveria estar indo à tribuna elogiar o comportamento de um Partido que não se cala perante a irregularidade dos seus próprios membros, que não coloca o corporativismo acima da moral e da ética. Pode se discordar da ideologia do PT, mas ninguém pode deixar de reconhecer que nós somos hoje coletivamente (sic) o maior patrimônio ético e moral da política brasileira e exemplo a ser seguido pelos demais Partidos.

Aliás, eu quero aqui, agora, neste momento, para que pelo menos haja um mínimo de credibilidade doravante nas palavras daquele que interpelou o Partido dos Trabalhadores, quero aqui indagar o Ilustre Secretário Geral do PMDB, para que o PMDB esclareça as denúncias do Governador do Estado com relação a determinados empréstimos feitos pelo BAMERINDUS.

Eu acho que o Secretário Geral do Partido deve, no mínimo, apresentar à Bancada do Partido dos Trabalhadores uma certidão negativa do orador que nos antecedeu... (Vozes Paralelas) Banco BAMERINDUS do Bra-

sil.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pelo que a imprensa noticiou o nobre Deputado Colombino Grassano filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro. Por conseguinte não poderia ele conceder o Horário do PL ao nobre Deputado que está na Tribuna.

Por isso eu gostaria que o senhor fizesse cumprir o Regimento Interno dessa Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao Deputado Nereu Moura que não recebeu nenhuma comunicação oficial do Deputado Colombino Grassano e nem do Tribunal Regional Eleitoral quanto a sua filiação.

Por enquanto consta ainda como membro do Partido Liberal, pertencente à Bancada do PL.

A palavra continua com o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Teria concedido, com o máximo prazer, ao Deputado Nereu Moura a palavra para rebater a minha posição, mas diante da deselegância em tentar calar a minha voz eu não terei como fazer esta deferência, infelizmente, ao Ilustre colega.

Eu apenas gostaria que ficasse registrado isto: corrupção sempre houve, sempre haverá, os homens erram, os homens cometem delito, as tentações são muitas. O PT nunca foi e nem se pretendeu ser um Partido de santos, de imaculados, mas nós entendemos e temos tentado fazer, é preciso que se reconheça isto, por uma questão de justiça, o PT tem procurado de uma forma persistente, procurado de uma forma coletiva manter a coerência, manter o comportamento ético e moral dos seus membros, dos seus militantes. Essa exigência que nós fazemos a nós mesmos, essa coerência, essa radicalidade que o PT tem adotado tantas vezes nos custou caro e tem nos custado sempre. Tem nos custado, inclusive, muitas vezes, o impedimento de que nós pudéssemos atingir de uma forma fácil o poder como outros fazem.

Eu apenas queria resgatar isto e acho que o Ilustre Deputado Nereu Moura deve esse voto de justiça, essa declaração de justiça, esse reconhecimento à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Agora, eu volto a insistir, sim. O Governador do Estado do Paraná, do PMDB, tem feito indagações que merecem respostas. Respostas claras, respostas diretas, porque eu, felizmente, meus colegas de Bancada e muitos outros aqui, tenho certeza que temos um comportamento reto, um comportamento exemplar, um comportamento digno. Eu

acho que o Governador do Estado deveria nominar aqueles que acusa, a começar pelos seus Secretários de Estado, se é que algum estaria envolvido nas operações que menciona haver entre o poder BAMERINDUS e membros do Poder Público do Estado do Paraná. São acusações graves de propinas camufladas que visam comprometer politicamente esses membros do Poder Público do Estado do Paraná.

Eu até acho que nós deveríamos pensar uma forma de interpelar o Governador para que desse o "nome aos bois" e para que a suspeita não pesasse sobre todos nós.

Então, quero agradecer, encerrando o meu discurso a deferência de V.Exa., Deputado Colombino, pelo seu espírito democrático e agradecer também a paciência da Mesa que nos concedeu esse espaço.

O SR. PRESIDENTE Orlando Pessuti) - Ainda no Horário das Lideranças, ouviremos o Deputado Dirceu Manfrinato do Partido Progressista, por oito minutos e meio.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Digníssima Deputada, Senhores Deputados.

Apenas queremos testemunhar perante o Poder Judiciário, o Ministério Público e a todos os presentes nesta Casa do empenho, da dedicação que houve por parte da Mesa Executiva desta Casa e dos Senhores Deputados, no desejo de encontrarmos uma solução para resolvermos de vez este episódio, que não só o Poder Executivo, não só o Poder Judiciário, mas o povo do Paraná está vivendo perante esses dias.

Desde que me conheci no 1º Banco Escolar, onde frequentei começando pelo primário, recebíamos a educação cívica de que haveríamos de respeitar os Três Poderes constituídos: Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo. Os Poderes se constituem através dos seus membros e responsáveis. Nós sabemos de que entre os Poderes, existem autoridades de maior respeito possível.

E sabemos que em todos os Poderes também há o desencanto e o desencontro daqueles que não correspondem com a sua tarefa, com o seu cargo e a sua função, e acima de tudo a sua responsabilidade.

Conheço no Poder Judiciário muitos Desembargadores, muitos Juizes que merecem por parte desse Deputado grande respeito pela atuação, pelo exemplo e a dedicação fazendo cumprir a Lei e fazendo cumprir a Justiça.

Quantos Juizes que passaram até pela minha cidade, onde tenho as minhas origens políticas na cidade de Cianorte. Que marcaram no Poder Judiciário o exemplo, o respeito com os cidadãos e até mesmo com os Poderes constituídos.

Conheço também no Poder Executivo alguns assessores do Governo que cumprem condignamente com a sua função. E como conheço a qualidade dos Deputados que aqui convivo e de alguns que já convivi em mandatos anteriores, e sabemos da sua responsabilidade, dos seus compromissos com aqueles que confiaram através do voto secreto na certeza de trazer a esta Assembleia Legislativa do Paraná o seu digno representante para que possa ser a voz do Parlamento na defesa das causas mais injustas, procurando sanar os problemas sociais que vivemos não só a nível de Paraná, mas também se arrasta a nível nacional.

Meu caro Presidente Orlando Pessuti, meu caro 1º Secretário Deputado Anibal Khury, que tenho a honra de fazer parte desta Mesa como 2º Secretário e agradecer e entender aos Deputados que nos confiaram, de que o desejo da Mesa Executiva junto com os Srs. Deputados é o melhor possível.

Nós não queremos vitórias nesta causa, queremos apenas de que se faça um entendimento de justiça, de que se faça um entendimento sem procurar atingir qualquer um dos Poderes. Meu caro Presidente Orlando Pessuti, tenho acompanhado e às vezes sei também das reuniões que se estendem até ao longo da noite procurando sanar essas dificuldades que estamos vivendo. Mas quero acreditar de que o episódio, o impasse que estamos vivendo ele deve estar chegando à sua reta final. Esse é o desejo da Assembleia do Paraná.

Persisto e continuo afirmando desde quando assumi aqui o meu primeiro mandato em 1983, defendi o entendimento e o entrosamento sempre dos três Poderes, porque os três Poderes são a esperança, a confiança do nosso povo. E é por isso que às vezes discordo com algumas posições quando se atinge a dignidade de um Poder.

Nenhum Poder aceita de que possa tentar vender uma imagem de que não é verdadeira. Cabe ao Governador Roberto Requião a defender o Poder Executivo dentro das suas prerrogativas, como cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça defender o Tribunal de Justiça das suas prerrogativas, assim como cabe ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná - Deputado Orlando Pessuti - defender as prerrogativas deste Poder.

Espero que a C.C.J. e a Comissão de Finanças e as demais comissões que darão pareceres desse entendimento - que espero chegar ao final - seja o entendimento mais sábio que poderemos utilizar neste período, porque é o desejo do povo do Paraná e é o desejo da Assembleia Legislativa do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Subemenda Substitutiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n° 102/93, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, com apoio dos Srs. Deputados Djalma de Almeida César, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Nilton Barbosa e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **A C.C.J., para anexar ao Projeto de Lei n° 102/93.**

Ofício n° 376/93, subscrito pelo Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, comunicando sua ausência no período de 14 a 19 do corrente mês, em função de viagem à Argentina. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° 016/93, subscrito pelo Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, comunicando que reassumirá a Presidência da Comissão de Finanças desta Casa de Leis. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n°s 050/93, 096/91, 103/91, 396/92, 139/93, 143/93, 151/93, 152/93, 168/93 e 135/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, V.Exa. acaba de colocar em discussão a preferência dentre outros projetos, o do projeto de lei 136/93 de autoria do Tribunal de Justiça sem parecer de nenhuma comissão.

Ocorre, Sr. Presidente, que hoje é terça-feira e a C.C.J. deixou de se reunir por convocação de V.Exa., para análise da matéria que diz respeito ao Poder Judiciário e mensagens do Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - A Mesa, atendendo a questão de ordem de V. Exa. exclui de preferência de votação o Projeto de Lei 136/93.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 102/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - V.Exa. anuncia a votação do Projeto n° 102/93?

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Nós estamos aprovando requerimento de preferência de votação do projeto 102/93 para que o mesmo seja apreciado logo após as preferências anteriores aprovadas.

O pedido de preferência visa que o mesmo seja discutido antes dos Projetos n°s 110 e 107, da Mensagem n° 07 do Poder Executivo.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, V.Exa. determinou a inclusão na Ordem do Dia de hoje, dessas matérias polêmicas, vamos resumir, especialmente no que trata os vencimentos da Magistratura e agora do Poder Executivo e Poder Legislativo. Até por surpresa minha esta Casa recebe durante a sessão, pela leitura do expediente, nova mensagem do Sr. Governador do Estado com relação à política salarial ou reajuste salarial dos servidores do Executivo.

Portanto, nós estamos com 5 projetos tramitando na Casa além dos quais emenda de Substitutivo Geral da C.C.J. sobre o Projeto n° 102 que já se encontra em segunda discussão. E eu queria, Sr. Presidente, antecipar o meu voto e colocar a minha posição aqui, em relação a toda a matéria constante da Ordem do Dia.

Pelo que eu sei, o Governador manifestou-se contrariamente ao Projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça que leva o n° 102. Posteriormente, dado conhecimento público o Substitutivo Geral da C.C.J., ao Projeto, os termos não foram aceitos, nem pelo Executivo e nem pelo Judiciário.

Como é que nós vamos votar, nesta Sessão, com prioridade, dando-se preferência a este Projeto se não houve entendimento? E sendo que eu estou sob o prisma do meu entendimento, pode ser que eu esteja enganado, Sr. Presidente. Por que votarmos? Eu não sou líder de Bancada, está aqui o líder da minha Bancada, Deputado Duílio, mas não há consenso nesta Casa. Não houve uma reunião das Bancadas em que houvesse uma decisão de maioria e uma posição pré estabelecida, por quê? O Poder Legislativo está procurando um entendimento, uma solução e está intermediando entre o Executivo e o Judiciário.

Mas, Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a atribuição de discutir salário da magistratura? Por quê, Sr. Presidente? Porque nós sabemos que a nossa Legislação Ordinária Complementar, tem relação, vencimentos de Desembargador, do Deputado, com os Juizes e estes com os membros do Ministério Público, os membros do Ministé-

rio Público agora com os Delegados, muitos deles me parece, e isso até se entende, têm os mesmos direitos constitucionais. E como é que ficam os Procuradores do Executivo, os Consultores do Poder Legislativo? Como ficam os interesses dos coronéis, membros da Polícia Militar, e os engenheiros, os advogados, os dentistas, escrivães e outros funcionários?

Portanto, Sr. Presidente, perdoe-me, mas eu estou aqui para manifestar, já antecipadamente, o meu voto contrário a Votação dessas matérias polêmicas, hoje. Não vi entendimento, conversei com várias lideranças, a Bancada do PMDB, que fala pela voz do Governador não se manifestou nesta Casa, eu também Sr. Presidente, sou a favor do entendimento, mas ninguém falou nada, de positivo, de concreto! E eu não vejo no Substitutivo que a C.C.J. aprovou, ao Projeto 102, de iniciativa do Presidente do Tribunal, solução para o problema.

Portanto, Sr. Presidente, desculpe se antecipei-me a oportunidade, regimentalmente, mas, concluindo repito, quero dizer que votarei contra as Votações de qualquer matéria constante da Ordem do Dia de hoje.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas gostaria de justificar a V.Exa., Deputado Basílio Zanusso de que o Partido Progressista se pronunciou nesta Casa. Enquanto nós utilizávamos a Tribuna, o nosso Líder, Deputado Nilton Barbosa, estava conversando com Lideranças dos outros Partidos. Lamento profundamente se Vossa Excelência não foi convidado, ou também não sei se Vossa Excelência é o Líder do Partido em que está filiado. Mas a nossa Bancada do Partido Progressista, pronunciou a posição dela aqui no Plenário.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Foi uma surpresa a manifestação do Deputado Basílio Zanusso, porque inclusive o Líder do Partido da Frente Liberal, Deputado Duílio Genari, tem participado de todas as reuniões de Lideranças convocada por Vossa Excelência para discutirmos as Mensagens constantes da Ordem do Dia. E nós estávamos às 10:30 da manhã no aguardo da Mensagem do Sr. Governador, Mensagem esta que ao invés de chegar às 10:30, chegou às 13:30, quando pouco tempo tivemos. Está se acabando o entendimento na sala da Liderança do Governo, onde participávamos até agora.

Então, não teríamos porque nos precipitar em trazer aqui aquilo que foi abordado, razão pela qual ainda não foi finalizado e estaríamos chegando no momento em que também temos conhecimento de que Vossa Excelência, se necessário, suspenderá a

Sessão por 30 minutos para que possamos chegar a um entendimento final; e a subemenda que será colocada à Mensagem do Tribunal de Justiça que entrará nesta Casa. Por isso, eu acho estranha a posição do Deputado Basílio Zanusso porque se ele fala pelo Partido dele, ele tem que saber quais os entendimentos que o Líder do seu Partido está resolvendo pela Liderança do Partido.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - ... Partido.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero dizer que eu falo por mim, eu conheço bem as matérias porque eu estudo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento está aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu não sei se foi colocado em votação o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foi colocado e aprovado. Então a Mesa coloca em votação o Requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Salvo eu esteja enganado, eu participei da reunião, a comissão de líderes, substituindo o Deputado Rosinha, e que o entendimento que me parece que ficou muito claro é de que nós temos que condicionar à aprovação de qualquer dessas Mensagens, na verdade são matérias correlatas condicionadas à prometida política salarial que até o momento não ingressou na Casa. Então eu estou entendendo o seguinte, votando o substitutivo do...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani Pudell, a questão de ordem de Vossa Excelência não procede.

Nós estamos colocando em votação o Requerimento do Deputado Arthur Ritti para que o Plenário se manifeste com referência à preferência de votação ao Projeto de Lei nº 102/93, não estamos encaminhando votação de nenhum Projeto e nem discutindo nenhum Projeto.

A Mesa não aceita a questão de ordem de Vossa Excelência e coloca em votação o Requerimento do Deputado José Arthur Ritti.

Deputados que forem favoráveis à aprovação permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Nós somos contra Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com

os votos contrários de Vossa Excelência.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 050/93, denomina Amaro Gomes Monteiro, o trecho da PR- 369, que liga a sede do município de Barbosa Ferraz à PR-082. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 10, de 04.03.93).

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 096/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Advogados de Assis Chateaubriand, com sede e foro na Município de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 103/91, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betânia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede no Município de Céu Azul/Pr. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 139/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, com sede no Município de Quinta do Sol. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 143/93, de autoria do Deputado Toti Colaço que declara de Utilidade Pública o Lar dos Vehinhos "São Judas Tadeu", com sede no Município de Quinta do Sol. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 151/93 de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Fundação Comunitária de Desenvolvimento Integrado de Rio Negro- FUDIR, com sede e foro na cidade de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 152/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Associação e Assistência Social Wesleyana

da Vila São Pedro, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 168/93 de autoria do Deputado Nereu Moura que declara de Utilidade Pública o Hospital Santo Antonio, com sede e foro no Município de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 135/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 012/93, apova crédito suplementar no valor de CR\$ 5.480.953.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e cinquenta e três mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, da Faculdade de Direito do Norte Pioneiro, da Biblioteca Pública do Paraná, e do Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 36, de 26.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 135/93

PARECER:

Autor: Poder Executivo

I. A presente proposição visa aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 5.480.953.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e cinquenta e três mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, da Biblioteca Pública do Paraná e do Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR.

II. Os recursos para a cobertura desta programação são decorrentes de superávits financeiros, apurados nos balanços patrimoniais das referidas entidades, no exercício de 1992.

III. Analisando o Projeto dentro das determinações que a Lei n° 4320, de 17 de março de 1964 expressa, encontramos amparo legal no inciso I, § 1° do art. 43:

"Art. 43 -----

§ 1° - Consideram-se recursos, para fim deste de artigo, desde que não comprometidos:

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

IV. Isto posto, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

EMILIA BELINATI

Relatora.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 135/93

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 012/93 o presente Plano de Lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 5.480.953.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e cinquenta e três mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, da Biblioteca Pública do Paraná e do Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante aos aspectos legal e constitucional, recebendo desta, parecer Favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo Parecer FAVORÁVEL, igualmente, opinando pela Aprovação do presente Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

LUIZ CARLOS ZUK

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 135/93

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 012/93 o presente Plano de Lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 5.480.953.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e cinquenta e três mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, da Biblioteca Pública do Paraná e do Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR.

A medida atende as disposições constitucionais atinentes à matéria orçamentária, ao indicar como fonte de recurso para a cobertura do referido crédito, o superávit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das versadas entidades no exercício anterior.

Ante o exposto somos de parecer FAVORÁVEL à aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.93.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

HEINZ HERWIG

Relator.

Atendendo ainda as preferências de votação determinadas pelo Plenário desta Assembléia, 2ª Discussão do Projeto de Lei n° 102/93.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 102/93, de autoria do Tribunal de Justiça-OF. 173393, fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador- a partir de 1º de maio de 1993. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J.- SUB-EMENDA ao SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

SUB-EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01

À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE LEI N° 102/93.

Dê-se ao art. 2º da Emenda Substitutiva Geral, a seguinte redação:

"Os vencimentos a qualquer título, incluindo verba de representação e adicional, por tempo de serviço, não poderão exceder a 20 (vinte) vezes o menor salário pago no Estado em seu Quadro Geral para 40 (quarenta) horas semanais e/ou dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e Secretários de Estado.

Sala das Sessões, em 18.04.93.

(aa) ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Rossoni, Basílio Zanusso, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

É necessário estabelecer limites para os vencimentos.

O Estado tem compromissos que ultrapassam as suas folhas de pagamento. Esses compromissos estão vinculados a sociedade com um todo e, não a uma simples parcela dela.

A limitação, ora pretendida, além de cumprir dispositivos constitucionais atenta para uma redução da enorme defasagem de salários.

Não se pode esquecer que a marginalização social, e toda sua trágica consequência, começa pelos baixos salários.

Além de que os vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário, não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Este é um ditame constitucional, inserido na carta Magna do Paraná em seu art. 27, inciso XII, que não pode ser depreciado.

Ainda, sobre o referido projeto, Sub-

-emenda da Subemenda Substitutiva ao Substitutivo Geral, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Arlindo Troian, Toti Colaço e demais Senhores Deputados, nos seguintes termos:

SUBEMENDA DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - A redação do art. 1º, do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei nº 102/93, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º. O vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça fica fixado, a partir de 1º de março de 1993, em Cr\$ 21.466.406,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e seis cruzeiros), a partir de abril de 1993 em Cr\$ 27.047.671,00 (vinte e sete milhões, quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros) e, a partir de 1º de maio, em Cr\$ 34.621.019,99 (trinta e quatro milhões, seiscentos e vinte e um mil, noventa e nove centavos)."

Art. 2º - A Redação do Parágrafo Único da Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei nº 102/93 passa a ser:

"Fica estabelecido que no período compreendido entre 1º de junho a 30 de novembro de 1993, a correção do vencimento básico corresponderá ao índice geral de reajuste dos Servidores Públicos, fixados em lei".

Sala das Sessões, em 18.05.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

Apoio: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Arlindo Troian, Toti Colaço, Erondy Silvério, José Artur Ritti, Rossoni, Costenaro Neto, Paulo Maia. (Contrário pela forma como foi apresentada a Emenda).

Ainda, sobre o referido projeto, Pareceres de Plenário, da Comissão de Finanças, em nº de 02 (dois).

Parecer à Sub-Emenda nº 01, de autoria da Comissão, com apoio dos Srs. Deputados Djalma de Almeida César e Élio Rusch.

Parecer à Subemenda da Subemenda Substitutiva ao Substitutivo Geral, de autoria da Comissão, com apoio dos Srs. Deputados Duílio Genari, Djalma de Almeida César, Élio Rusch e João Preis nos seguintes termos:

COMISSÃO DE FINANÇAS
A EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 102/93

P A R E C E R:
A subemenda em análise, de autoria dos

nobres Deputados Estaduais Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, visa alterar a redação do Art. 2º da Emenda Substitutiva Geral elaborada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão a exarar parecer, somos de Parecer CONTRÁRIO em função da mesma já ter sido contemplada no Projeto de Lei nº 107/93, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 18.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

Apoio: Djalma de Almeida César, Élio Rusch.

COMISSÃO DE FINANÇAS
AO SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 102/93

A presente Subemenda de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, dá nova redação ao art. 1º do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, segue o mesmo entendimento da Doutrina Comissão de Constituição e Justiça, exarando Parecer FAVORÁVEL À SUBEMENDA ORA ANALISADA.

Sala das Comissões, em 18.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

Apoio: Duílio Genari, Djalma de Almeida César, Élio Rusch, João Preis.

EM DISCUSSÃO.

O SR. ERNANI PUDELL - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Antes que V.Exa. queira discutir o projeto, esta Mesa, em função dos entendimentos mantidos durante esta sessão plenária e tendo em vista ainda a apresentação de um substitutivo de plenário, suspende a sessão por trinta minutos, prorrogáveis se necessário por mais alguns instantes, para que a Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças, possam oferecer seus pareceres tanto ao substitutivo ora apresentado ao Projeto de Lei 102/93, bem como ao Substitutivo do Projeto 110/93 e pareceres ao Projeto de Lei 107/93 e 136/93.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem.

Sr. Presidente, entendemos a ansiedade de quase todo o funcionalismo público do Estado. Entendemos o empenho de V.Exa. mas o Líder do Governo está fazendo para que a Casa vote de afogadilho duas matérias importantíssimas como são as mensagens 107 e 013. V.Exa. sabe que ontem, por sugestão da Presidência da Casa reunimos a Comissão de Justiça para apreciar estas duas mensagens. V.Exa. por telefone pediu-me que

transferisse a reunião para a tarde de hoje. Eu o fiz atendendo a urgência da matéria e os desejos de V.Exa. no início da sessão de hoje da Comissão de Justiça, fez novo telefonema a este Deputado, pedindo que não apreciasse as matérias porque buscava ainda entendimentos que pudessem facilitar a tramitação das mesmas.

Para surpresa minha veio publicada na Ordem do Dia estas matérias importantíssimas sem pareceres. V.Exa. é o Presidente da Casa. V.Exa. não é o Presidente da maioria da Assembléia. V.Exa. é o Presidente do Poder Legislativo. V.Exa. é o guardião fiel do cumprimento do Regimento Interno da Casa, e V.Exa. sabe que matéria dessa relevância não pode ser dada a decisão do Plenário sem o respectivo parecer, principalmente da Comissão de Justiça. V.Exa., agora nos faz um apelo para que em meia hora apreciemos as duas mensagens governamentais. O Deputado Nelson Justus, Deputado da mais alta respeitabilidade, Deputado que tem tido uma conduta exemplar na Comissão de Justiça, já disse publicamente não ter condições de exarar parecer na tarde de hoje dessas matérias. Então, eu apelo a V.Exa. que nos permita a realização dessa reunião da Comissão de Constituição e Justiça no dia de amanhã às 13:30 horas, quando o Sr. relator estará em condições de exarar o respectivo parecer. É o apelo que faço para que V.Exa. cumpra o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Inicialmente, respondendo à questão de Ordem do Deputado Erondy Silvério, é verdadeira a afirmação de V.Exa. com referência aos telefonemas que fizemos no sentido de que não fosse exarado nenhum parecer às mensagens constantes na Ordem do Dia até que tivéssemos condições de uma melhor avaliação em cima, principalmente, da nova mensagem do Sr. Governador que haveria de mandar à Assembléia como de fato o fez, é evidente, também que a mensagem não chegou no horário que anteriormente prevíamos que era o final da tarde de ontem ou o início da manhã de hoje. No entretanto, essa Presidência, no início desta Sessão Plenária, quando ainda debatíamos de como proceder para que tivéssemos os pareceres, ajustamos que, teríamos a Sessão suspensa e a Comissão de Constituição e Justiça e Finanças se reuniria e, se concluído que não haveria condições de oferecer o parecer às matérias no reinício da Sessão Plenária, seria proposto através de um requerimento o adiamento da votação dessas matérias para a Sessão de amanhã, nós estamos propondo fielmente aquilo que ficou estabelecido, até porque, vejam, os Srs. Deputados, poderíamos dentro daquilo que estabelece o Regimento, independente inclusive de pare-

cer das comissões apreciarmos essas matérias. Diz o artigo 182 do Regimento: "Urgência é a distância de exigências regimentais, salvo da de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões permanentes para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final". Art. 183: "Aprovado pela Assembléia um requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma: será concedido prazo de 48 horas a cada uma das Comissões permanentes que devam opinar a respeito para que profiram os seus respectivos pareceres; expirados os prazos em apreço será a proposição incluída na Ordem do Dia caso haja merecido os pareceres das Comissões permanentes. Item n° c) Na falta desses pareceres a proposição figurará em pauta na forma regimental antes de ser incluída na Ordem do Dia."

Nós lembramos ao Plenário que todos esses dispositivos foram observados. As matérias todas encontram-se em regime de urgência há mais de dez dias, as matérias todas foram publicadas na pauta, em avulso, inclusive, e nós poderíamos hoje apreciarmos essas matérias independente de pareceres. Mas, dado aos entendimentos mantidos com as lideranças, dado aos entendimentos mantidos no início desta Sessão nós estamos neste momento suspendendo a Sessão para que num espaço de 30, 45 minutos, se for o caso, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças possam analisar essas propostas, que não seria de afogadilho, Deputado Erondy Silvério, porque há alguns meses elas tramitam nesta Casa. Não sendo possível os pareceres no dia de hoje nós reabriremos a Sessão e o Deputado Nelson Justus ou V.Exa. proporá um requerimento a esse Plenário e o deliberará se transferiremos a Sessão para amanhã ou se continuaremos na Sessão ainda de hoje, obedecendo os preceitos regimentais, apreciando as matérias mesmo sem pareceres.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) Sr. Presidente.

Indago a Vossa Excelência e à Mesa a razão pela qual retorna à CCJ o Projeto de Lei n° 102/93.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A razão é uma Subemenda e Emenda de Plenário.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - E a Emenda de Plenário, quais os Deputados que assinaram e qual o teor dela?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estamos pegando mais alguns apoiantes.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - É estranho que seja encaminhada já para a Comissão de Constituição e Justiça, sem o devido apoio deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não queríamos, Deputado, colocar em votação uma emenda sem o parecer da Comissão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Quantas assinaturas tem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pelo menos umas vinte e cinco, Deputado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - O Regimento Interno, no seu Art. 41, diz:

"Os projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que dispõem sobre criação e extinção de cargos de suas secretarias ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros desta Assembléia."

Eu consulto a Vossa Excelência se a metade dos membros desta Assembléia assinou a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se Vossa Excelência me der um tempo, nós poderemos contar.

A Emenda está devidamente apoiada e, dentro dos entendimentos mantidos, nós a submeteríamos à apreciação da CCJ, para que dissesse se a mesma está em condições de ser apreciada por este Plenário.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente. Tem que ficar claro que é um entendimento que foi praticamente consensual do conjunto das Lideranças, de que estas matérias que ora serão apreciadas, estão condicionadas a serem apreciadas conjuntamente...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani Pudell, esta questão será dirimida na reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu só quero esclarecer o seguinte: eu considero a mais importante de todas, a mensagem anunciada pelo Governador do Estado. Eu quero saber se ela entrou na Casa e se nós a temos em mãos, senão vamos "colocar o tigre na jaula".

Esta questão é fundamental. Os juízes têm que entender isso. Vai ser aprovado um reajuste salarial agora e a política salarial não tem garantia. Eu acho isso uma questão fundamental. Precisamos ver essa política salarial em nossas mãos, estudá-la. Eu até acredito que o próprio Poder

Judiciário não teria problema aguardar até amanhã, a fim de que façamos a coisa bem feita.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente. Apenas para registrar que o entendimento junto à Bancada do PDT não foi este encaminhado durante o início da sessão. Tínhamos um entendimento anterior totalmente contrário ao que se deu como encaminhamento nesta Casa.

Acho mais do que justa a preocupação já externada pelo Deputado Nelson Justus e pelo Presidente da CCJ, Deputado Erondy Silvério. E como membro também da Comissão de Constituição e Justiça, vejo com muita preocupação a análise de afogadilho de matéria de suma importância.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está suspensa a sessão.

Será reaberta às 17:15 horas.

Está reaberta a sessão.

Atenção, Srs. Deputados: o item nº 5 da Ordem do Dia de hoje:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/93. Com Emenda Substitutiva Geral da CCJ, Subemenda ao Substitutivo Geral de Plenário e Subemenda à Subemenda.

Em discussão o projeto.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas, se fosse possível, ler o teor da Subemenda da Subemenda do Substitutivo Geral.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Sr. 2º Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que proceda à leitura da Subemenda da Subemenda Substitutiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 102/93.

(É lida a Subemenda da Subemenda Substitutiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 102/93).

Esta Presidência informa ao Plenário que aprovada a Subemenda da Subemenda apresentada pelo Deputado Oswaldo Trevisan, devidamente acatada em Parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, e também pela Comissão de Finanças, aprovada esta Subemenda apresentada através de leitura pelo nobre Deputado Alborghetti, todas as demais emendas estarão prejudicadas.

Para encaminhar à votação, com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

Antes de iniciarmos esta sessão, os Srs. Desembargadores do Tribunal de Justiça e toda a Magistratura, passaria a ter um vencimento não correspondente aos anseios e às suas necessidades, mas bem me-

lhor que aquele que foi apresentado à Emenda, já com vícios de origem, nesta Casa, durante os nossos trabalhos legislativos.

Dissemos a defesa do Substitutivo do Deputado João Iensen, que foi fruto do trabalho de vários Srs. Deputados, de articulações, de entendimentos, de manobras normais no Poder Legislativo. Não era o ideal, porque não vinha de acordo com a Mensagem do Poder Judiciário, que tem a prerrogativa constitucional para estabelecer sua política salarial.

A vinculação do Poder Judiciário, dos Srs. Desembargadores aos Srs. Deputados, é perfeitamente constitucional. Mas necessita de lei. Não da maneira com que foi apresentada na Comissão Especial do Tribunal de Justiça, e que posteriormente o Supremo Tribunal Federal decidiu que vindo através de lei, era perfeitamente constitucional.

A Mensagem do Poder Judiciário não é uma exceção à regra nacional, porque quinze dos Estados brasileiros adotam essa isonomia entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Mas, diante da intransigência e diante das dificuldades, os Srs. Deputados chegaram a apresentar um Substitutivo, firmado pelo ilustre Deputado João Iensen, onde estabelecia que o vencimento básico para 1º de março seria de Cr\$ 24.042.375,00. E o vencimento de abril, de Cr\$ 30.413.604,38.

A Emenda apresentada à Mesa, Substitutiva ao Substitutivo Geral, passou março para Cr\$ 21.466.406,00. Em abril, baixou de 30 milhões para Cr\$ 27.046.000,00.

Há, portanto, uma diminuição de 10% nos valores, nos meses de março e de abril. Quiseram, inicialmente, retirar da Emenda Substitutiva o § 1º, onde estabelecia que no período de 1º de maio a 30 de novembro de 93, a correção dos vencimentos básicos corresponderia ao índice geral de reajuste dos servidores públicos, fixado em lei.

Defendemos a sua permanência. E houve bom senso na CCJ, alterando a sua validade, de 1º de junho a 30 de novembro de 1993. Acho que um prazo suficientemente bom para que os entendimentos possam prosseguir para encontrarmos definitivamente a forma ideal, que contemple o Poder Judiciário.

Deixa, portanto, de ficar sob nossa responsabilidade, esta decisão. Caberá, a partir deste instante, a cada um dos Srs. Deputados, decidir sob seu posicionamento.

A partir de 1º de maio os Senhores desembargadores prevalecendo o parágrafo único da emenda substitutiva terão um acréscimo também de 28% nos seus salários.

Diante de tais fatos, Senhor Presiden-

te, Senhores Deputados, devemos chegar a conclusão de que manter o substitutivo geral firmado pelo Senhor Deputado João Iensen, seria medida de justiça, seria aquela medida exata, onde o Poder Legislativo se situaria com correção, onde haveria de dar o reconhecimento ao Poder Judiciário e fixar justamente condições melhores, porque esse projeto inicial, essa emenda substitutiva do Deputado João Iensen foi aceita pela Liderança do Governo, foi aceita pela liderança dos demais partidos políticos e por esta razão nós nos surpreendemos quando houve essa diminuição dos salários, de vencimentos dos Senhores Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Peço aos Senhores Deputados que reconhecendo o valor e o direito da magistratura paranaense que votem contra a emenda substitutiva apresentada hoje em segunda discussão e que teve o parecer favorável da CCJ contra os votos contrários meu e do Senhor Deputado Paulo Maia, que não aceitamos a fórmula com que foi apresentada neste plenário, porque esperamos que cada Senhor Deputado, compreendendo as razões porquê a magistratura necessita de melhor vencimento, onde é a magistratura menos remunerada da nação brasileira, nós tínhamos o dever de dar este prestígio a cada um dos Senhores Deputados que tem os seus vínculos nos seus municípios, que conhecem o drama de cada juiz, que conhecem o problema da magistratura, do Ministério Público, haverá de convir comigo, eles merecem uma atenção especial do Poder Legislativo.

Por isso nós não nos cansamos, nós haveremos de continuar lutando em favor dessa medida e eu espero que todos os Senhores Deputados, sem distinção de partido, haverão de rejeitando esta emenda fazer justiça ao Poder Judiciário.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

É importante que neste momento nós façamos um relato a respeito de todas as considerações, inclusive com a devida venia do Deputado Colombino Grassano.

Não é justo, não é certo que esta liderança, que a liderança do governo haja concordado com aquele substitutivo do Deputado Iensen.

Entretanto, nós entendemos que a iniciativa foi válida, que a iniciativa foi por demais importante no momento em que nós presenciávamos e participávamos até, este plenário, esta Assembléia, participava e presenciava o impasse gerado entre o Executivo e o Judiciário no Estado do Paraná.

É obrigação e foi iniciativa do Legislativo num trabalho suprapartidário e que

nós nos vimos cercados de diversos companheiros de diversos partidos, todos buscando o consenso, todos procurando sensibilizar o governo naquilo que nós entendíamos que não estava correto no tratamento do Judiciário, com o Ministério Público e também procurando sensibilizar e o próprio Ministério Público e o Judiciário naquilo que nós também entendíamos que deveria haver um consenso maior.

Portanto, Senhor Presidente, após diversas negociações, após inúmeros contatos com o Executivo, com os Secretário do Governo, com a Casa Civil, com o próprio Governador do Estado, toda a Mesa Executiva da Assembléia e diversos Deputados líderes de diversos partidos participando nessa negociação nós pudemos concluir que nem tanto o mar, nem tanto a terra, a Assembléia teria e deveria que tomar uma iniciativa e votar aprovando ou rejeitando uma mensagem que veio do Judiciário, mas como é prerrogativa regimental e constitucional da Assembléia apresentar as emendas e as subemendas houve a primeira do Deputado Iensen e houve essa subemenda que foi assinada por diversos Deputados.

Eu gostaria de esclarecer que o motivo que nos levou a tomar essa iniciativa, e aquela emenda anterior dizia que no mês de março com aumento de 40% sobre os 21 milhões e tanto iria para 64 milhões o valor inicial de um Desembargador, Cr\$ 64.914.000,00 e incluindo os sete quinquênios daria um total final de Cr\$ 87.637.000,00.

Com essa subemenda de hoje, incluindo não 40%, mas 25%, o valor final não vai para 87 milhões, mas para Cr\$ 85.535.000,00.

Então o reajuste do mês de abril, segundo a subemenda do Deputado Iensen iria com o aumento de 26,5, o valor de, iria para o valor final de 82 milhões 116 mil cruzeiros, contra os 26% da subemenda proposta hoje, vai para 91 milhões 298 mil 759 cruzeiros e remuneração de um Desembargador em final com os sete quinquênios.

Portanto, Senhor Presidente, há um diferencial de março de 22 milhões que deverá ser repostado, retroativo, 22 milhões 939.

Do mês de abril 28 milhões 702, perfazendo um retroativo de 51 milhões 641 mil e 730. Como nós entendíamos que houve um impasse, essa Presidência, eu quero aqui testemunhar, Deputado Orlando Pessutti, Deputado Anibal Khury, Deputado Dirceu Manfrinato, as lideranças, todos em busca de uma sensibilização ao Governo do Estado do Paraná que deveria atender e ceder também de alguma forma. O Governo do Paraná concedeu o aumento no mês de abril ao fun-

cionalismo público e o próximo aumento seria dois meses após, portanto no mês de junho. Foi concedido através da negociação da Assembléia Legislativa, sem querer diferenciar este ou aquele Parlamentar, mas num esforço conjunto com o próprio Secretário de Administração, Dr. Luis Gastão, foi conseguido com que o Governo do Paraná concedesse também um aumento no mês de maio, a princípio em torno de 25% e após uma nova negociação foi elevado para 28% este aumento no mês de maio para justamente procurar eliminar o impasse ou amenizar o impasse com o Judiciário e com o Ministério Público. Como é intenção do Governo do Paraná criar também a isonomia dos funcionários do Estado e nós não temos aqui só Desembargadores, só Procuradores e só Juizes.

Temos também Delegados, temos também advogados, temos também toda uma gama de funcionários das diversas carreiras do Estado do Paraná, temos aqui funcionários da Assembléia Legislativa. É intenção do Governo resolver o problema de uma vez por todas.

Portanto, este aumento do mês de maio, que não deveria ser em maio, só em junho, de 28%, elevará a remuneração final de um Desembargador, não para 110 conforme o Substitutivo do Deputado Iensen, mas sim para 126 milhões 193 mil 617 cruzeiros e 89 centavos. Esta será a remuneração de um Desembargador com os sete quinquênios. Por que isto? Estes 126 milhões se encaixa perfeitamente dentro do critério que o Governo do Estado pretende: não haver diferenciação maior do que 20 vezes o menor salário que o Estado deverá pagar ao funcionalismo, que é o valor de 6 milhões e trezentos mil cruzeiros. E que será também dentro desta proposta o salário de um Secretário de Estado que é o limitador dentro do Governo passará para a faixa de 95 milhões e qualquer coisa, ou seja, 35% a menos do que um Desembargador em final de carreira porque tem os seus quinquênios.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todo este esforço, todo este esforço que foi empreendido pela Assembléia Legislativa eu entendo que deve ser considerado. Talvez não corresponda as expectativas de uma determinada classe, talvez não corresponda de outra classe, mas há que se entender que nós estamos num processo democrático neste país. Há que se entender que o Estado também depende da sua Receita.

Há que se entender que este diálogo não deve parar por aqui. Nós compreendemos, Deputado Colombino Grassano que talvez no mês de maio, com esses 25% como ele diria, o Desembargador deveria ir para 141 milhões de cruzeiros. Mas há que se

entender também que o Governo do Paraná não daria este aumento no mês de maio. Este aumento viria no mês de junho. Este aumento é o fruto de um trabalho árduo, de um consenso, de uma sensibilização ao Governo do Estado do Paraná. Este diferencial dos 51 milhões de cruzeiros deverá naturalmente ser negociado entre os membros dos Poderes, a forma desse ressarcimento dos 51 milhões para o mês de maio, que é o retroativo a março e abril, fora os Cr\$ 126.193.617,89 que seria a remuneração final.

Portanto, Sr. Presidente, achamos oportuna esta explicação. Daí o motivo desta Liderança solicitar a compreensão dos Srs. Deputados, uma vez que amanhã nós temos que votar os Projetos n.ºs. 007 e 013, temos que apreciar; temos a Mensagem do Governo do aumento salarial.

Então, nós conclamamos os Deputados, os nossos companheiros Deputados, aproveitamos esta Subemenda de hoje, aproveamos amanhã, também estas novas propostas que temos na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para Encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, obviamente o Poder Legislativo tem procurado o consenso, tem procurado a saída para este impasse vivido hoje entre o Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Mas, não podemos, também, deixar de registrar nesta oportunidade, que pelos números levantados, aqui, hoje, por diferentes manifestações, já se comprova que de fato a propaganda do Governo, na tentativa de atingir o Judiciário e outros segmentos do funcionalismo público, através da televisão, de fato é uma mentira, é uma propaganda enganosa, porque ninguém está recebendo isto. Não estão recebendo os membros do Judiciário, muito menos os professores em início de carreira, e há pouco nós recebíamos uma manifestação através de cartaz, dos professores, procurando esta Mensagem do Governo do Estado, que dava ao professor de início de carreira, 13 milhões de cruzeiros.

Então, nós víamos aí uma certa preocupação. Outra preocupação que temos, neste momento é que a Bancada do PDT havia concordado com o Substitutivo e com o encaminhamento feito, ainda, pela manhã. Até o início dos trabalhos desta tarde, que era apreciar o Substitutivo do Deputado João Iensen, que contemplava uma proposta anterior, de 40% feita entre o Governo do Estado e o Poder Judiciário.

Estranhamos sobremaneira, até os núme-

ros. Por que se o Substitutivo do Deputado João Iensen com inicial de 24 milhões, com a Emenda Substitutiva apresentada hoje, em Plenário, trazendo esta Mensagem para 21 milhões, estranhamos como, no cômputo final, a proposta deste segundo Substitutivo seja maior, em torno de mais de 12 milhões de cruzeiros. Eu acho que é uma matemática que precisa ser melhor discutida, neste momento.

Agora, a preocupação que temos que registrar, no momento, é a competência da iniciativa do projeto de lei que é do Judiciário. Obviamente veio ao Poder competente para sua discussão. E procurou-se minimizar o problema, através desta Emenda Substitutiva. Mas, no momento em que se apresenta, sem discussões maiores, esta Emenda, da forma como foi apresentada, como já registrou o Deputado Colombino Grasso, nós tivemos que registrar contrário o nosso voto, pela forma como ela foi encaminhada. Como também estamos registrando o voto contrário não só do Deputado Paulo Maia, mas da Bancada do PDT, pela forma como as coisas foram encaminhadas, sem uma discussão maior, mais ampla. E ouvindo, obviamente, os Poderes constituídos. A exemplo, como estamos vendo, aqui, o Poder Judiciário.

Em época passada, quando nós defendíamos, desta Tribuna, através de uma emenda, o Poder Judiciário, em 1992, nós falávamos a respeito de uma Emenda. E no outro dia nós fomos tachados, pelo Chefe da Casa Civil, de que defendíamos os salários dos marajás ou a criação de marajás.

Obviamente, não é o objetivo. É a questão da discussão, de forma bastante séria, como as coisas estão sendo feitas na Casa, na tarde de hoje. A Subemenda da Subemenda ao Substitutivo Geral não contempla o atendimento anterior, como já citamos anteriormente.

Outra preocupação que paira neste momento, e eu creio que deve ser uma preocupação de toda a Casa, é do momento em que nós aprovamos. Por isso, nós colocávamos no início, a necessidade de se levar à discussão da CCJ para o dia de amanhã, onde se pretendia se discutir a isonomia salarial, atuação do plano de cargos e salários para todo o funcionalismo, nesse momento nós vamos aprovar uma proposta salarial que amanhã poderemos estar nos chocando com a proposta de atuação de cargos e salários, quando dizem que através da política de isonomia pretende se implantar o plano de cargos e salários, e este não está garantido em lugar nenhum, a partir desse momento nós nos colocamos ainda numa situação de maior apreensão, visto que os funcionários públicos do Estado do Paraná a partir do que aqui hoje está se fazendo, os funcionários públicos do Estado do Pa-

raná, a partir do que aqui hoje está se fazendo, os funcionários públicos do Estado do Paraná, acredito que ainda terão um longo tempo para esperar esta política de planos e cargos e salários.

Nós vemos com bastante preocupação todo o processo que está posto aí, e a nossa Bancada votará pela Emenda dos primeiros substitutivos do Deputado João Iensen e contrário a subemenda apresentada hoje em Plenário. É a posição do PDT.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.
(Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que a apreensão não se justifica. O debate político que se trava no Estado do Paraná entre os Poderes é fundamental para des-sacralização dos Poderes, evidente que no âmbito do Poder Judiciário não se exerce por função principal a atividade política, mas também se exerce atividade política no âmbito da magistratura, do Ministério Público. Se essa não é a função principal do Poder Judiciário, a missão política é a principal do Poder Legislativo. Ninguém desconhece que o Poder Judiciário em muitas circunstâncias têm funções Executivas e Legislativas, isso vale para o Poder Executivo e também para o Poder Legislativo, de modo que a visão original tripartite dos poderes não é sempre válida e nem é válida para todas as circunstâncias e para todos os atos que têm de ser praticados pela administração.

No entanto, há limitações de natureza Constitucional e há definições na Legislação Complementar e Ordinária para a prática dos atos administrativos.

O Supremo Tribunal Federal, não agora, redizendo o que já havia dito. O Supremo Tribunal Federal através da súmula nº 339 já afirmava que: "não cabe ao Poder Judiciário que não tem função Legislativa aumentar vencimentos de servidores públicos sobre fundamento de Isonomia." Essa é a súmula nº 339 do Supremo Tribunal Federal.

Na origem, é preciso que no debate nós possamos estabelecer a origem das circunstâncias atuais que envolvem as relações entre os Poderes do Estado. Em dado momento na vida administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná baixou-se ato que foi reputado ilegal pelo próprio Supremo Tribunal Federal - Ato Resolutivo que promovia equiparação da remuneração dos Srs. Desembargadores à remuneração dos Srs. Deputados.

Em seguida é declarada a ilegalidade do ato por vício de origem e por ausência de competência do Tribunal de Justiça que em Mensagem à Assembléia Legislativa, pretendendo validar ato que tinha sido praticado na forma de resolução. Mas também aí,

Srs. Deputados, há erro de diversas ordens.

Me socorro aqui na missão de José Afonso da Silva, conhecido Constitucionista, segundo o qual, a isonomia em qualquer de suas formas, incluída nela paridade, é uma garantia Constitucional e um direito do funcionário. Ao passo que a vinculação e a equiparação dos cargos, empregos ou funções para efeitos de vencimentos são vedadas pelo Artigo nº 37 Inciso 13º da Constituição Federal.

Portanto, está aqui um descrito em relação à posição da lavra do Supremo Tribunal Federal que reconhece a possibilidade já praticada em 15 outros Estados entre a remuneração dos desembargadores e dos Senhores Deputados.

Há um parecer da lavra de José Afonso da Silva que tem dado base a muitos acórdãos da magistratura paranaense e brasileira que diverge dessa orientação.

E como diz o Doutor José Afonso da Silva a respeito da isonomia. Recorre ao artigo 135:

As carreiras disciplinadas neste "alguém possa ingressar". E a isonomia se dá entre essas carreiras e não entre a função pública de desembargador e a função pública de Deputado. Há também outro inconveniente na Mensagem original, e é preciso motivar os atos, como é preciso motivar o voto.

No momento em que fizésemos a equiparação da remuneração dos Senhores Desembargadores à remuneração dos Senhores Deputados, estaríamos diante de uma situação grave que seria a renúncia pelo Estado da sua autonomia enquanto entidade federada, no que diz respeito à política salarial.

Porque estende aos Senhores Deputados Estaduais na esfera, e tendo seus salários reajustados na função dos reajustes do funcionalismo público federal e na proporção dos Deputados Federais, no momento em votássemos o reajustamento dos salários dos funcionários, dos servidores públicos do Estado do Paraná, estaríamos também votando o reajustamento da remuneração nossa própria.

Criando um impedimento que, me parece, deva ser considerado também para motivar o substitutivo geral que ora se apresenta.

O que nos parece é que o debate que hoje se trava com outros Poderes, que é um debate político e que talvez algumas almas mais sensíveis possam entender como o rebaixamento do debate político - é um debate político. E nós que temos como função principal, não exclusiva, principal a atividade política, não devemos ver com a apreensão especial esse debate que se trava no âmbito dos meios de comunicação com a participação dos mais amplos segmentos da sociedade.

Aliás, até aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na medida em que o Poder Executivo vai à televisão e afirma que os Senhores Desembargadores pretendiam ter remuneração idêntica a dos Deputados e, em seguida, a magistratura, em defesa própria, diz que desejava essa remuneração, só que sem as vantagens.

A única questão não esclarecida nesse debate, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quem sabe seja um esclarecimento de quanto ganham os Senhores Deputados Estaduais no âmbito do Estado do Paraná.

Mas existe uma remissão velada à remuneração dos Senhores Deputados, agentes políticos que são, como se essa fosse a remuneração referencial.

Por que não pretenderam então os membros da magistratura a equiparação com os vencimentos e remuneração obtida pelos secretários de Estado ou então pelos membros da Procuradoria Geral do Estado, quem sabe muito provavelmente se imagine que a remuneração dos Senhores Deputados seja para além de razoável e, aliás, é aí Senhor Presidente, Senhores Deputados que concluo a intervenção em defesa das alterações introduzidas no texto original do Poder Judiciário, há uma condenação generalizada. É preciso reconhecer isso.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência interrompe o Deputado Bona Turra para, em cumprimento ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, colocar em votação o requerimento apresentado pelo Deputado Renato Adur.

(Requerimento):

"O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, Requer prorrogação da presente sessão por mais duas horas do Horário Regimentoal que seria encerrado às 19 horas. Em votação. **Aprovado.**

Com a palavra Deputado Bona Turra.

SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Há uma condenação generalizada no seio da sociedade justa e injusta em relação à remuneração dos Senhores Deputados. É preciso que nós tenhamos nessa esfera, nessa arena que se criou um espaço de debates necessários em torno da nova política salarial já anunciada e que precisa ser formalizada pelo Poder Executivo e não estendamos os problemas que hoje são do Poder Legislativo para justificar a sua remuneração também à esfera do Poder Judiciário.

Creio que o reajustamento dos salários na função e na proporção daqueles conferidos aos demais agentes públicos é o razoável para o momento. Não resolve o problema da Magistratura, incluindo o Ministério Público, mas é o razoável para o momento para que, inclusive, o Poder Legislativo

na prática da crítica e da autocrítica possa cada vez mais indicar os caminhos políticos para os demais poderes.

Era o que tinha a dizer Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pedindo a paciência do ilustre colega Alborghetti que, com justa razão, está ansioso para votar, mas a matéria é por demais importante e temos que registrar a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito se disse aqui, muito se divagou, mas não se coloca efetivamente a questão fundamental.

A proposta encaminhada pelo bloco de sustentação do Estado, nós só entendemos coerente se aprovarmos amanhã a Mensagem 07/93. E por que isso?

Uma vez aprovada a Mensagem 07/93, nós estaremos corrigindo um vício de inconstitucionalidade que tem essa mensagem.

Todos nós aqui sabemos que ao Poder Legislativo nesse momento restariam duas alternativas: uma aprova a mensagem original do Poder Judiciário, equiparando os vencimentos dos Desembargadores com o dos Deputados Estaduais, ou rejeita a matéria.

Não está na nossa competência modificar a mensagem original. É pegar ou largar, aprovar ou rejeitar. Essa questão é fundamental.

Agora, a aprovação da mensagem original e, aí está a questão fundamental, a aprovação da mensagem original do Poder Judiciário coloca a obrigação moral do Poder Legislativo em se submeter ao princípio da equivalência da remuneração entre os membros dos 3 Poderes do Estado, Judiciário, Legislativo e Executivo e, a saber, Secretário de Estado.

É esta obrigação moral que a Assembléia Legislativa terá em aprovar também a mensagem 07/93 coloca a obrigação do Poder Executivo em enviar para esta Casa uma mensagem que foi prometida pelos jornais extra-oficialmente e que cria uma regra de reajuste salarial para todos funcionários e todos os membros dos três Poderes do Estado. Aí nós, todos nós, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo, vamos abrir mão da prerrogativa de fixar nossos próprios vencimentos, no âmbito de nossos poderes, para nos vincularmos à vontade da Lei, exclusivamente. A vontade da lei é um dispositivo claro que diz que todos os servidores, membros dos três poderes do Estado terão reajustes periódicos a serem fixados, em índices iguais aos da inflação e até mesmo condicionados ao comportamento

da receita, o que nós compreendemos perfeitamente. Mas tem que vir esclarecido em lei, pois caso contrário abrirá mão o Poder Legislativo da sua prerrogativa, abrirá mão o Poder Judiciário, para nos submetermos à vontade exclusiva, pessoal e arbitrária do Governador do Estado do Paraná!

É por isso que no encaminhamento que fizemos, na Tribuna, dizíamos que a primeira mensagem a ser apreciada, hoje nesta Casa, deveria ser, pela ordem, a política salarial, fixada em lei, para todos os servidores e membros dos Poderes do Estado. Segundo: a aprovação da Mensagem 07 que estabelece a isonomia entre os membros e estabelece a isonomia entre os cargos dos três Poderes, estabelece o teto máximo entre a maior e a menor remuneração, de acordo com a Constituição.

E aí nós podemos aprovar a Mensagem do Poder Judiciário, porque aí nós estaríamos ratificando basicamente aquilo que já está estampado na Constituição Federal.

Por isso nós, da Bancada dos Trabalhadores, queremos dizer que infelizmente não temos força e não podemos assumir a culpa pelo Governador do Estado, que prometeu uma Mensagem de política salarial, e não enviou, mas nós acreditamos na palavra do Governador Roberto Requião, ele tem que enviar a Mensagem, está prometido pela imprensa e publicamente. A mensagem tem que vir!

E mais do que isso, como sabem os Senhores Desembargadores, os Srs. Juizes, nós Advogados, muitas vezes preferimos uma péssima sentença do que ficarmos sem julgamento. Por força do poder da Bancada governista, nós só temos, infelizmente, hoje em pauta, a votação dessa Mensagem, desse Substitutivo. E nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores votaremos sim, a favor desse Substitutivo, mas estamos cobrando o compromisso moral do Senhor Governador e da Bancada, para que amanhã nós aprovemos o 07/93, aprovemos a Mensagem do reajuste dos funcionários e a política salarial.

Isso é um compromisso moral, ético, de honra e de palavra, que não pode ser quebrado. Aliás eu lembro que o Requião usava esta expressão, na campanha: "Falo e faço, sustento o que falo". Nós estamos aguardando e acreditamos que o Governador irá sustentar a sua palavra, irá amanhã, ou até hoje, já deveria estar aí, enviar a Mensagem estabelecendo a política salarial.

E queremos dizer o seguinte: a Mensagem que hoje, o Substitutivo que hoje está sendo apresentado pela Bancada do Governo, ele já se encaixa na Mensagem 07/93, que nós deveremos aprovar amanhã, juntamente com a política salarial. E nós, infelizmente, pelas circunstâncias de uma Bancada

minoritária, vamos votar aquilo que nos foi dado como única possibilidade de apreciação. Não votaremos o Substitutivo original do Deputado João Iensen, porque no nosso entendimento ele criaria uma distorção com a aprovação da Mensagem 07, da outra Mensagem, que já está na Casa e com a outra da política salarial que deverá vir ainda. E aí eu acredito que cumprindo-se estas etapas que nós gostaríamos que tivesse sido feita na forma inversa, nós estaremos solucionando, definitivamente, o problema no Estado do Paraná.

Então é esse o nosso encaminhamento, Senhor Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a Subemenda do Deputado Oswaldo Trevisan, lembrando mais uma vez que a aprovação da mesma prejudicará a apreciação das demais.

Em votação o substitutivo, ressalvada a emenda. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Em votação a emenda do Deputado Oswaldo Trevisan. Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dezesete Senhores Deputados são contrários. Os que forem favoráveis queiram levantar. Trinta e três aprovam. Está aprovada a subemenda do Deputado Oswaldo Trevisan, estando prejudicadas as demais.

O Projeto irá a 3.^a discussão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, dispõe sobre os vencimentos do Ministério Público Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. e EMENDAS ADITIVAS AO SUBSTITUTIVO DA C.C.J. e DE PLENÁRIO EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N° 110/93
SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 01, A
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Acresce-se o art. 4°, com a seguinte redação:

"Os vencimentos a qualquer título, incluindo verba de representação e adicional por tempo de serviço não poderão exceder a 20 (vinte) vezes o menor salário pago no Estado em seu quadro geral para 40 (quarenta) horas semanais e/ou dos vencimentos dos Secretários de Estado.

Sala das Sessões, em 18.04.93

(aa) ERNANI PUDELL
OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA

Apoio: Rossoni, Paulo Maia, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

É necessário estabelecer limites para os vencimentos públicos. O Estado tem compromissos que ultrapassam suas folhas de pagamento. Esses compromissos estão vinculados ao bem comum de toda sociedade e, não apenas a uma parcela dela.

A limitação, ora sugerida, além de cumprir dispositivos constitucionais atenta para a enorme defasagem de salários.

Não se pode esquecer que a marginalização social, e toda sua trágica consequência, começa pelos baixos salários.

Portanto deve haver um distanciamento menor entre as faixas salariais, de modo a majorar os menores salários.

Além de que os vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Executivo.

Este é um ditame constitucional, inserido nas Cartas Magnas, sendo que na estadual, está sob a égide do art. 27, inciso XII, que não pode ser depreciado.

**SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
AO SUBSTITUTIVO GERAL**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - A remuneração percebida pelos Secretários de Estado será sempre equivalente à do Procurador Geral da Justiça.

Sala das Comissões, em 18.05.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Nelson Garcia, Nelson Justus, Emilia Belinati, Luiz Antônio Setti, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço e dois ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva Geral objetiva, visa tornar coerente o Projeto de Lei em tela, com a proposta apresentada aos Desembargadores.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1º - O vencimento básico do Procurador-Geral de Justiça, fica fixado, a partir de 1º de março de 1993, em Cr\$ 24.042.375,00 (vinte e quatro milhões, quarenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros), e a partir de 1º de abril de 1993, em Cr\$ 30.413.604,38 (Trinta milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e quatro cruzeiros e trinta e oito centavos).

Parágrafo Único - Fica estabelecido, que no período compreendido, entre 1º de maio a 30 de novembro de 1993, a correção do vencimento básico, corresponderá ao índice geral de reajuste dos servidores públicos, fixado em Lei.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1993, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.093, de 5 de outubro de 1992, e da Lei nº 8.089 de 05 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em 18.05.93

(a) JOÃO IENSEN

Apoio: Nelson Justus, Nelson Garcia, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Luiz Antonio Setti, Oswaldo Trevisan, uma ilegível.

Está em votação. Está em votação o Substitutivo. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão; e os que são contrários queiram levantar-se.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Existe alguma emenda sobre o Substitutivo original firmado pelo Deputado João Iensen, ou votaremos o Substitutivo do Deputado João Iensen?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Neste Projeto não existe, só um minuto Deputado. O Substitutivo Geral é da CCJ.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Então nós estaríamos votando hoje o Projeto semelhante ao enviado pelo Tribunal de Justiça e agora pelo Ministério Público. Então, estaríamos dando mais vantagens ao Ministério Público do que aquelas pedidas pelo Poder Judiciário?

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Permanece na mesma sistemática que o Projeto votado anteriormente, uma vez que...
(Conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Plenário. Tendo em vista o que foi anteriormente aprovado no Projeto 102, recomenda-se, para que fique devidamente adequado à Procuradoria Geral de Justiça, ao Tribunal de Justiça, que seja aprovado o Projeto de Lei 110/93 sem qualquer emenda.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Era isso que Vossa Excelência deveria colocar, a votação do 110/93, e jamais a emenda substitutiva porque estaríamos votando de maneira diferente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas o Regimento determina Deputado que se coloque o Substitutivo, havendo a rejeição do Substitutivo, estará mantido a redação

original do Projeto.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Mas o mesmo critério que foi adotado Senhor Presidente para o Tribunal de Justiça, deveria ocorrer para o Ministério Público. É uma questão de igualdade de tratamento entre o Ministério Público e o Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Na votação anterior Deputado Colombino nós também colocamos em apreciação inicialmente o Substitutivo, para posteriormente apreciarmos o projeto.

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem. Entendemos que não é correta a argumentação do Deputado Colombino uma vez que este projeto 110/93 no próprio anteprojeto ele vincula os vencimentos dos Procuradores com os Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Dáí não haver razão da questão do Substitutivo como é o anterior, porque votando com o projeto de maneira original, estamos votando exatamente igual à votação que fizemos do projeto anterior.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - É uma questão de técnica legislativa, tínhamos que proceder da mesma forma como procedemos com o Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, para facilitar o entendimento do Plenário, vai fazer diferente. Os Deputados que forem favoráveis à aprovação do projeto de lei 110/93, na forma encaminhada pela Procuradoria Geral de Justiça, rejeitando-se consequentemente o Substitutivo e demais emendas, os que forem favoráveis ao projeto na forma original queiram levantar-se.

O SR. COLOMBINO GRASSANO -(Pela Ordem)- Vossa Excelência colocou inicialmente em votação a Emenda Substitutiva. É esta Emenda Substitutiva que deverá então ser apreciada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Colombino, estamos tentando entender Vossa Excelência. Vossa Excelência não concordou que colocasse o Substitutivo. Então coloquei o projeto. Os Deputados que forem favoráveis ao projeto na forma original que se manifestem, rejeitando consequentemente o substitutivo e as demais emendas.

Está rejeitado portanto o substitutivo e as demais emendas e está aprovado o projeto da Procuradoria Geral.

O Projeto irá também à Redação Final.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

107/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 007/93, a remuneração mensal do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, terá como limite máximo, no âmbito de cada Poder, os valores percebidos como remuneração em espécies, por Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores. EMENDA ADITIVA DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA MENSAGEM N° 013/93. SEM PARECERES EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 26 de 01.04.93).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, com apoioamento do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transferências da votação do Projeto de Lei n° 107/93, para a Sessão Plenária de amanhã, dia 19 do corrente mês. **Aprovado.** Fica portanto, transferido para amanhã a votação do referido projeto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 136/93, de autoria do Tribunal de Justiça - OF 197/93, fixa os valores dos níveis de vencimentos dos cargos dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, Serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. e adota outras providências. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 136/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão, e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, vigentes em março de 1993, ficam, a partir de 1° de abril de 1993, reajustados percentualmente em 26% (vinte e seis por cento) na forma das tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei.

Art. 2° - Ficam também reajustados a partir de 1° de abril de 1993, no mesmo percentual dos valores dos níveis de vencimentos constante das Tabelas de que trata o artigo 1° desta Lei:

I - os valores das gratificações de produtividade e das Pensões Especiais;

II - os valores das gratificações de representação de Gabinete; e

III - o valor do salário-família, por dependente legal.

Art. 3° - As despesas decorrente da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1993, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Mesa informa que logo a seguir, se aprovado evidentemente, fará realizar mais uma sessão extraordinária.

A Mesa recebe requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de uma ou quantas Sessões forem necessárias em seguida à presente Sessão, para apreciação dos Projetos de Lei nºs 102 e 136/93. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, requerimento nº 1275 de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1266, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1263, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1258, 1260 e 1259, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1256, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1273, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1287, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1290, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1279, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1261, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1264 e 1265, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.**

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1270 e 1272, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1276, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1283, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1268, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1262, de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur e Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1269, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1254, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1257, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1255, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1267, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1281, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a Discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1277, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1271, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento n°s 1293 e 1291, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1292, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 102/93
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 136/93

Marca ainda uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - da Proposição n° 026/92 - Proposta de Emenda à Constituição.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 102, 110 e 136/93

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 135/93
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 107/93
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 186/93

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 1993.

"Deitado em berço Esplêndido"

Da Jornalista Olécia Plahtyn, publicado no Jornal do Diário do Comércio, da cidade de

Paranaguá.

Mais uma tragédia abala Paranaguá e provoca perda irreparável para uma família e para quem os cerca. A dor de um pai e de uma mãe pela perda de um filho só pode ser avaliada, em toda a sua extensão, por quem a sente. Martinelli e Marli concentram, neste momento, toda a dor do mundo, a mais intensa, com certeza. E que, pelo menos, essa dor sirva de bandeira para toda a cidade. Para que se lute para que seus jovens não precisem se afastar do apoio e da orientação e proteção dos pais, para adquirir conhecimentos que lhes ofereçam uma vida melhor. Chegou o momento de despertar o gigante adormecido no berço da cultura paranaense. Paranaguá, hoje, é só berço.

Seus jovens não possuem opções: ou fazem faculdade para lecionar, ou vão a Curitiba. E longe da pureza que aqui ainda existe, sem o preparo para viver em uma cidade bruta, são presas fáceis e frágeis do perigo. Em um momento sequer, o jovem admite seu despreparo e vive como "gente grande". Senhor prefeito, senhores vereadores, órgãos governamentais: dêem condições para que nossas crianças permaneçam perto de nós, no aconchego do nosso amor, no consolo de nosso colo, na compreensão de nossos afagos. Tragam vida a Paranaguá. Que das ruínas do Patrimônio Histórico, levantem os fantasmas adormecidos em tão esplêndido berço. Provoquem a geração de empregos, lutem por condições de ensino mais úteis. Lutem para que ninguém mais, mas ninguém mesmo, tenha que sentir a mesma dor que sentem Marli e Martinelli.

Para recordar, os homens que irão gerir os destinos de Paranaguá e de sua gente nos próximos quatro anos são:

Prefeito Carlos Antonio Tortato e equipe por ele escolhida.

Vereadores: Roque, Mariozinho Lobo, Ednon Zacarias, Edison Silva, Kadri, Tucano, Lourival, Benedito G. Filho, Cechelero, Mário Gonçalves, Ailton Santos, Bonzatto, Josias, José Maria M. do Carmo, Alceu Maron, Valdir Giglio, Otávio Santos, Polaco, Flávio Proença. Por favor, ajudem a manter nossos filhos próximos a nós.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GERALDO CARTÁRIO, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 1993.

"Alerta sobre a miséria - fome".

Publicada no Jornal Gazeta do Povo.

LUTERANOS PEDEM FIM DA MISÉRIA

"Constatamos que temos no Brasil 40 milhões de crianças e adolescentes empobrecidos.

Somos um país onde morrem anualmente cerca de 500 mil crianças de fome e miséria". Tomando essa realidade os representantes de 40 unidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB, que se reuniram durante a última semana em Curitiba especialmente para responder a uma "consulta nacional sobre crianças e adolescentes empobrecidos, tomaram uma posição, assinando a "Carta Aberta às Comunidades", conclamando a todos a que se engajem na defesa dos direitos das crianças e coloquem como prioridade de suas atividades o resgate do convívio familiar como base para o convívio comunitário.

Citando passagens dos Evangelhos em que buscam as razões cristãs para reação nacional, os luteranos falam da angústia de meninos e meninas que desfalecem nas ruas das cidades". Segundo eles, os "direitos das crianças são direitos ligados à vida, ao seu sustento, ao seu desenvolvimento, são também direitos sagrados, onde Deus tem o direito de ver seus filhos respeitados".

A Carta cita o Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto de uma longa caminhada, que trouxe uma nova política de atendimento à criança, para que passem do estado de marginalidade para um estado de cidadania. Recomenda expressamente a implantação do Estatuto da Criança em todos os seus níveis, e pede o envolvimento de todos no trabalho em favor das crianças e adolescentes empobrecidos. "Esta consulta quer conclamar e desafiar a que cada comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil procure engajar-se na criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos e Tutelares; quer ainda conclamar as comunidades que coloquem como prioridade de suas atividades o resgate do convívio comunitário", diz a carta de Curitiba, assinada por pastores e membros da comunidade luterana de todo o Brasil.

"Há 2 anos, a Gazeta alertava o problema"

O alerta sobre o avanço da miséria e a tomada de posição, de forma consciente, em termos de campanha, foi feita pela Gazeta do Povo a partir do segundo semestre de 1990, formalizando a partir de 1991 um movimento que continua ainda hoje e que envolve institutos religiosos, educacionais, instituições as mais diversas, empresas, empresários e pessoas. O diretor da Gazeta do Povo, Francisco Cunha Pereira Filho, pessoalmente, buscou desde o primeiro momento as adesões à campanha de emergência contra a miséria, lembrando a frase de Dom Helder Câmara, que mantém uma luta semelhante: "a pobreza é suportável, mas a miséria é uma maldade contra a natureza humana e sob o ponto de vista cristão uma

ofensa ao Criador".

A campanha ganhou corpo, e no mês de maio de 1991, no dia 29, se reuniram, a convite da Gazeta do Povo e da Federação do Comércio do Estado do Paraná, todas as mais importantes personalidades e autoridades com poder para influir na comunidade e ajudar os carentes miseráveis. Lá estiveram, além do presidente da Federação, Rubens Brustolin, e do diretor da Gazeta do Povo, representantes mais altos de praticamente todas as igrejas, como Dom Pedro Fedalto, e o Pastor Elias Abrahão, o rabino Simon Moguilevsky, entre outros. O comprometimento em combater a miséria uniu entidades como a Prefeitura de Curitiba, através da secretária Fany Lerner; LBA, Rotary, Lions, Santa Casa, o próprio Estado do Paraná através do Secretário Elias Abrahão, e inúmeras entidades e sindicatos do comércio e indústria.

"A idéia é despertar antes a consciência de todos os brasileiros do que das autoridades governamentais para que tomem medidas e encontrem soluções", afirmou Francisco Cunha Pereira Filho ao falar durante a primeira reunião da campanha.

Essa intenção de despertar a comunidade foi trabalhada intensamente durante todo esse período, ganhou espaços cada vez maiores nos debates das comunidades religiosas que prestam serviço inestimável, mas principalmente atingiu pessoas em suas próprias comunidades, associações de moradores, sindicatos e agremiações. Enquanto, porém, a proposta como tese ganhou corpo em todo o Paraná, entidades como o SESC, SENAC, Associação Comercial, tendo por referência a Federação do Comércio do Estado do Paraná, foi à luta concretamente distribuindo diariamente em pontos da periferia de Curitiba onde estão concentrados miseráveis em condições subumanas, milhares de pratos de sopa e pães.

É um trabalho anônimo, sem qualquer expectativa de méritos, e para milhares de pessoas constitui o único alimento a ser colocado no estômago. As filas da sopa emocionam, por colocar a descoberto a nossa realidade social, mostrar o sofrimento de nossos vizinhos de cidade, famintos reconhecidos.

A época a Gazeta do Povo propôs além da distribuição de alimentos, numa campanha de emergência pura, com participação dos próprios moradores - o que vem ainda acontecendo; também que todas as empresas fizessem um esforço brutal para abrir pelo menos mais um emprego, e contratar pelo menos mais um funcionário.

Não há medida sobre a eficácia de tais propostas, a não ser quando se compara a situação de Curitiba - que apresenta pontos dramáticos - em relação ao restante do País. Na época também

Curitiba, terça, em 18.05.93

Pág. 45

Francisco Cunha Pereira Filho repetiu outra frase de D. Helder Câmara "um governo só não basta para resolver o problema da

miséria no Brasil, esta é uma tarefa de todos nós e quando digo todos, quero dizer TODOS".